



ATA N.º 1/2015

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e quinze, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Chaves, no Auditório do Centro Cultural, pelas 14,00 horas, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO 1 – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL;

PONTO 2. – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS PARA FREQUÊNCIA DE ESTUDOS DO ENSINO SUPERIOR. PROPOSTA Nº. 129/GAP/2014 – Para conhecimento.

PONTO 3 - DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 3.894,00M2, LOCALIZADA NO LARGO DO TABULADO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, CONCELHO DE CHAVES, PARA A IMPLEMENTAÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO DE PISCINAS LÚDICAS, NO ÂMBITO DO PROJETO “PALÁCIO DA ÁGUA” – PROPOSTA 7/GAP/15.

PONTO 4 - PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 4º TRIMESTRE DE 2014. INFORMAÇÃO 5/DGF/2015. Para conhecimento.

PONTO 5 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO/ RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. INFORMAÇÃO N.º04/DGF/2015.

PONTO 6 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº3/SC/2015. Para conhecimento.

PONTO 7 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO Nº4/SC/2015. Para conhecimento.

PONTO 8- RENOVAÇÃO DOS EFEITOS DO REGIME LEGAL DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS CONSAGRADO NO ART. 14º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE, EM VIGOR, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 10/GAP/2015.

PONTO 9 - AJUSTE DO PLANEAMENTO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. PROPOSTA Nº. 128/GAP/2014.

PONTO 10 – PROJETO DE PLANO DE INTERNALIZAÇÃO DA SOCIEDADE MARC, SA. - APROVAÇÃO ADMINISTRATIVA PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 11/GAP/2015.



PONTO 11 – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES.

Estiveram presentes 77 membros da Assembleia Municipal.

Suspenderam o mandato para esta sessão os Senhores deputados:

Maria Manuela Pereira Tender

Francisco José Gonçalves Oliveira

José Carlos Costa Matos da Conceição

Manuel Guerra Afonso

Faltaram:

Altamiro da Ressurreição Claro

Presidente da Junta de Freguesia de Santo António de Monforte

Entrou-se no período “Antes da Ordem do Dia”

O SENHOR PRESIDENTE DA MESA cumprimentou os presentes e deu conhecimento da correspondência entrada no Gabinete no período decorrido desde a última sessão da Assembleia Municipal.

Foi recebido um Ofício da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves que acompanhou o Relatório Anual de Atividades relativo a 2014 a ser apresentado pela Senhora deputada Márcia Teixeira no final dos trabalhos desta sessão.

Foi recebido um requerimento do Grupo Municipal do MAI, que o Senhor Presidente da Mesa leu, onde refere que no dia 18 de fevereiro os parquímetros da cidade se encontravam tapados com um saco plástico negro, com uma etiqueta a indicar que se tratava de material “apreendido” e que tal medida foi levada a cabo pela ASAE.

O Grupo Municipal do MAI, requereu à Mesa que solicite à Câmara Municipal e à Empresa Municipal GEMC, para sua apreciação e da Assembleia Municipal, os seguintes documentos:

- 1 – Comprovativos das duas últimas certificações oficiais dos parquímetros da cidade;
- 2 – Comprovativos dos respetivos pagamentos à entidade certificadora;
- 3 – Comprovativo do último pedido de certificação dos parquímetros antes da intervenção da ASAE e a respetiva resposta obtida, da habitual entidade certificadora”.

O Senhor Presidente da Mesa informou os deputados do MAI que o requerido foi enviado à Câmara Municipal. Entretanto a Câmara Municipal respondeu e os documentos solicitados já foram entregues ao Senhor deputado Francisco Preto.

Também foi recebido no Gabinete da Assembleia Municipal a resposta/informação sobre um parecer jurídico que a Mesa solicitou à CCDRN, sobre a legalidade de uma proposta, análise e votação oportunamente apresentada pelo Senhor deputado Francisco Preto, no qual solicitava que fosse feita uma Auditoria Financeira externa às contas da Autarquia, durante o mandato de 2009/2013. Esse parecer foi lido pelo Senhor Presidente da Mesa.

Relativamente aos últimos requerimentos apresentados por deputados do MAI, de igual teor e relacionados com o mesmo assunto atrás referenciado, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a Mesa deliberou não agendar a proposta apresentada dado que a mesma continua a enfermar de ilegalidade e não é



esclarecedora no que respeita à sua execução. Que a contratação de serviços externos de auditoria não é da competência da Assembleia Municipal, conforme estipula o Decreto-Lei 197/99, na sua parte em vigor. A Mesa não pode criar despesas que a Lei não lhe permite.

Os poderes de tutela sobre essa matéria são exercidos pelo Governo e o Senhor deputado, na cópia do parecer da CCDRN que lhe foi enviado tem lá o site do serviço de queixas eletrónicas da IGF que poderá utilizar se assim o entender. Pelo que atrás foi dito a Mesa da Assembleia Municipal considerou o solicitado pelo MAI inexecutável. A Terminar o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse: "há princípios e valores que me norteiam e que, orgulhosamente cultivo. Não entro em jogos políticos, nem pratico habilidades dilatórias. Na política Senhor deputado, aliás, como em tudo na vida, é importante haver sinceridade".

Deu entrada na Mesa uma Moção apresentada pelo Grupo Municipal do PS que foi lida e se transcreve:

"MOÇÃO"

"A Câmara Municipal de Chaves, no Portugal democrático conquistado em Abril, tem apoiado as comunidades locais, por intermédio das freguesias, no desenvolvimento dos seus sistemas de exploração e governação da água, reconhecendo o seu imprescindível esforço no progresso e no desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente responsável e sustentável.

Sempre os flavienses trataram a água como um bem comum, um recurso natural regenerável que não conhece fronteiras nem limites de propriedade, cujo acesso é de todos e para todos, na assunção de que constitui direito humano inalienável.

A visão política do governo atual caracteriza-se por ver a água como mais um bem comercializável, como uma mera mercadoria que se compra e vende e, assim, criar um mercado de água para as grandes empresas multinacionais, ao invés da visão enraizada na história da humanidade, que vê a água como um direito humano de primeira grandeza, correlacionado com o direito à vida.

Estas novas correntes, apologistas do negócio da água, caracterizam-se pela proliferação de taxas e outros encargos, principalmente sobre o consumo doméstico da água, assistindo-se, por isso, também ao aumento de tarifas para que a venda se revele apetecível e com volume de negócios adequado à voracidade de concessionários monopolistas.

As populações do Concelho de Chaves não foram confrontadas, nos programas eleitorais que lhe foram apresentados pelos partidos, com propostas de reestruturação do setor da água, como agora se apresentam, que mais não visam do que a apropriação das receitas municipais geradas pelas tarifas pagas pelos flavienses.

Efetivamente, as propostas políticas sufragadas pelas populações locais pugnam pela manutenção da água sob propriedade, controle e gestão públicas, garantindo-se, deste modo, serviços de qualidade, democráticos, transparentes e universais, ao serviço dos flavienses e não do lucro.



A privatização do serviço de abastecimento público da água às populações, retirando a sua gestão às freguesias e ao município, levará inevitavelmente ao aumento exagerado das respetivas tarifas e preços a fim de gerar lucro, agravando, necessariamente, a pobreza e a desigualdade social dos nossos concidadãos.

A Assembleia Municipal de Chaves, Órgão cimeiro do poder local do Portugal democrático, sempre se orgulhou de exercer e defender as competências municipais. Esta velha tradição autárquica portuguesa, no respeito pela sua herança histórica, entende que a ação municipal deve hoje, como no passado, assegurar serviços públicos aos flavienses que cumpram critérios de igualdade e universalidade.

Pelo que, em relação à questão da água, a sua fórmula de gestão de proximidade em uso desde tempos imemoriais, deve ser preservada, sendo esta a única garantia que permite e garante que este bem continue, economicamente, acessível a todos.

Assim, o Grupo Municipal do PS propõe que a Assembleia Municipal de Chaves, na sua sessão ordinária de 25 de fevereiro de 2015, delibere o seguinte:

1. Defender a água pública como um bem comum, um bem que garante o direito à vida, repudiando a vontade do Governo de a vender a privados, pois apenas o estado está em condições de garantir esse direito a todos.
2. Manifestar o apoio às populações das freguesias do concelho que lutam pela manutenção da água como um bem público da sua freguesia, essencial à vida humana, reconhecendo ainda que quando a água é gerida pelas respetivas freguesias se obtém a garantia de não exclusão ao seu acesso por razões socio económicas.
3. Desenvolver uma defesa firme da gestão pública da água e do saneamento, nomeadamente denunciando publicamente todas as medidas orientadas para a sua privatização, bem como qualquer privatização indireta dos recursos e serviços construídos com dinheiros públicos ou dinheiro das populações que, com o seu esforço e trabalho coletivo, construíram os seus sistemas de abastecimento de água.
4. Remeter esta deliberação ao Exmo. Presidente da República, Exma. Sra. Presidente da Assembleia da República, ao Exmo. Sr. Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, aos Grupos Parlamentares, às Juntas de Freguesia do Concelho, à Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega, à Associação de Municípios do Alto Tâmega e à comunicação social local e regional. Chaves 25 de fevereiro de 2015. Os deputados Municipais”.

Para discussão da Moção usaram da palavra os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – cumprimentou os presentes e disse que gostaria de ter lido a Moção porque lhe permitiria dar algum ênfase ao seu conteúdo.

“O PS pretende dizer com esta Moção que estamos a falar de um bem essencial – a água. Na nossa perspetiva a água é o bem primeiro, o bem fundamental, o bem que garante a vida. Entendemos que este bem, sobretudo no que respeita ao abastecimento às populações, não deve ser moeda de troca para nada. Deve ser visto como algo essencial para cumprir com o princípio democrático da igualdade. Nessa perspetiva somos contra a privatização da água, seja de forma direta, ou



indireta, com eufemismos ou sem eufemismos. O que vimos aqui dizer é que, sendo possível, e já percebemos que é possível, a gestão do abastecimento de água às populações deve ser feita por quem está mais próximo e nessa perspetiva, entendemos que a água, no que respeita ao Concelho de Chaves e no que diz respeito ao sistema em baixa deve estar como está hoje”.

NELSON PAULO GONÇALVES MONTALVÃO do PSD – cumprimentou os presentes e em seguida disse que o Grupo Municipal do PSD pode perfeitamente votar a favor desta Moção, uma vez que ela consubstancia aquilo que sempre defendemos.

O Partido Social Democrata sempre defendeu que a água deve estar na esfera municipal, deve estar na gestão das freguesias, deve estar próximo daqueles que melhor a sabem gerir. Esse é o nosso entendimento e por isso votaremos esta Moção favoravelmente.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – cumprimentou os presentes e disse que nesta matéria estarão todos de acordo.

“Isso não branqueia nem a atuação do PSD nem a do Partido Socialista. Quem ouvir esta Moção do PS até parece que ele não foi governo. Foi o Partido Socialista que legislou e fez pressão para retirar da esfera municipal a gestão da água, tendo como objetivo futuro, a privatização.

A alienação da água das freguesias é uma decisão do Governo de José Sócrates, aprovada em 2009, para as autarquias cumprir, mesmo que não estejam de acordo. Em todo este processo a única força partidária que tem tido uma posição coerente é a CDU que vai votar favoravelmente este Moção, mas será a única força que terá transparência para o poder fazer sem suscitar sorrisos de uma bancada ou da outra”.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS voltou a usar da palavra dizendo que o PS estava preparado para outro tipo de discussão.

“Ainda bem que existe aqui uma perspetiva conjunta e comum mas é importante acrescentar alguns pressupostos. Nós, deputados municipais do Partido Socialista, como sempre dissemos, o que nos move aqui é o interesse municipal. Eu não sou deputado da Assembleia da República nem defendo aqui as políticas de um ou de outro governo. A minha missão aqui é defender os interesses dos flavienses. Se um Governo, seja ele qual for, assumir posições que são diferentes e que são contrárias quer às que eu comungo, quer àquelas que interessam à minha população, certamente que virei aqui denunciá-las; fi-lo no passado e irei fazê-lo no futuro. Não me sinto preso a essa orientação centralizadora e centralista que o PCP tem. Nós temos liberdade de opinião e as estruturas locais dos partidos candidatam-se com e sem bandeira, o que para nós não é muito relevante.

Provavelmente o Senhor deputado não tem conhecimento que lei que referiu – a lei Sócrates – não obrigava as freguesias a deixarem de gerir a água. Se porventura, andasse mais atento, perceberia que até a ERSAR – entidade reguladora do saneamento e águas residuais – já tem um entendimento que as freguesias podem continuar a gerir a água. Não há aqui nenhuma alteração. A famosa lei Sócrates, que obrigava os municípios a assumir diretamente a gestão da água, não passa de uma falácia. Tive oportunidade de dizer nesta Assembleia que era importante que essa via fosse esclarecida e fosse consensualizada. Afinal tinha razão porque efetivamente não há nenhuma lei que imponha às freguesias a sua incapacidade na gestão da



água. Nada foi alterado. As Juntas de freguesia podem continuar a gerir a água nos mesmos moldes que o faziam antes”.

HIGINO DOMINGOS FERREIRA DA SILVA do PSD – cumprimentou os presentes e disse que lhe parece haver neste Assembleia quem esteja disposto a dar tudo de graça, para recolher votos.

É fácil fazer promessas de campanha. Entendo que há unanimidade nesta posição da água. Todos nós pretendemos consumir a água a um preço mínimo, mas não pode é ser de graça. Não estou aqui a defender ninguém mas a verdade é que a água já trás problemas há alguns anos. O Governo socialista e a Câmara de Chaves não tiveram coragem de se manifestar na altura e fixar um preço na água das nossas aldeias. E também é verdade que as várias Câmaras têm contribuído para que se explore água nas aldeias e possa ser mais barata, mas não de graça. Entendo que é inoportuno vir agora com esta proposta desta forma. Devia ser uma proposta da Assembleia e não de carater partidário. Não há que fazer acusações mas sim resolver a situação de modo a que as Juntas fiquem a gerir a água e que as aldeias que exploraram a água por sua conta não tenham de pagar o mesmo preço por m³ que os outros têm. Não me pareceu ser isso que o Partido Socialista apresentou. Gostaria de ver o PS vir aqui propor, no mínimo, dois preços. Um para a cidade/urbana e outro para as aldeias onde a água é delas.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou os presentes e disse que o Partido Socialista necessita sempre de fazer certificados de vida e tem de vir apresentar Moções sobre coisas que já estão devidamente explicadas.

No passado dia 23 de Janeiro a ERSAR colocou no seu site a interpretação sobre a possibilidade, ou não, da gestão de água pelas freguesias. No dia 28 de Janeiro convidei os senhores Presidentes de Junta para uma reunião e dei-lhes a boa notícia sobre as novas regras entendidas pela ERSAR. Disse-lhes: segundo interpretação da Entidade Reguladora é novamente possível que as freguesias continuem a fazer a gestão da água. Não necessitei de nenhuma Moção do Partido Socialista para ter comunicado de imediato aos Senhores Presidentes de Junta que podiam continuar a fazer a gestão. É absolutamente extemporânea esta Moção e os Senhores Presidentes de Junta sabem todos, que isso é verdade.

O Senhor deputado Manuel Cunha tem razão quando diz que foi uma lei de um governo do Partido Socialista que retirou essa competência às freguesias. A lei 194/2009, de 20 de Agosto tira-lhes efetivamente essa competência, mas é a lei 75/2013, de 12 de setembro, de um governo do PSD que, através do seu artigo 131º volta a colocar na esfera das freguesias a possibilidade de fazerem a gestão da água. Com esta interpretação chamei de imediato os Senhores Presidentes de Junta para lhes comunicar que a questão da água estava resolvida. Aliás eu tinha afirmado na Assembleia de dezembro que, se houvesse alguém que tivesse uma solução para não alterar nada, não seria a Câmara Municipal a fazê-lo. A questão é que a Lei 194/2009 obrigava mesmo e nós temos de cumprir as leis, sejam elas de que governos forem. Surgiu essa janela de oportunidade e comuniquei-a de imediato aos senhores Presidentes de Junta.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu a palavra para usar o direito de resposta.



“Em nome da verdade aconselhava o Senhor Presidente da Câmara a ler a página 59 da última ata de dezembro. Não foi nenhuma lei que revogou nenhuma lei. A Câmara Municipal de Chaves, contrariamente ao que fizeram outras autarquias, de forma pouco ponderada começou a falar com as Juntas de Freguesia, a condicioná-las, bombardeá-las com emails, pressioná-las dizendo-lhes que não podiam fazer a gestão da água porque é ilegal. Isso não está na lei. Não houve nenhuma alteração legislativa, em matéria de água, que tivesse revogado a lei de 2009. A única coisa que existe é uma interpretação de uma entidade reguladora e as interpretações não alteram as leis. A única coisa que aconteceu foi que a lei 194/2009 foi alterada pela lei 75/2013. Na Assembleia Municipal do dia 17 de dezembro, relativamente ao memorando que nos foi apresentado, tive a oportunidade de dizer que devia ser explorada a hipótese de as Juntas de Freguesia continuarem a gerir a água e só depois disso, fazer os tais acordos.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA leu o que a Entidade Reguladora – ERSAR - diz na carta – circular, enviada a todos os municípios, sobre “*Gestão de serviços de águas e resíduos por parte de juntas de freguesia e associações de utilizadores*”.

«A Lei nº. 169/99, de 18 de setembro com a redação introduzida pela lei 67/2007, de 31 de dezembro, admitia a delegação de competências nas juntas de freguesias, entre as quais se podiam incluir a gestão dos serviços de águas e resíduos, através da celebração de um protocolo, (coisa que a Câmara Municipal de Chaves fez. Celebrou protocolo com cada uma das freguesias para que pudessem fazer a gestão da água). Contudo o Decreto-lei 194/2009, de 20 de agosto, concretizando a estratégia definida para o setor acima descrito, veio impor a extinção, até 1 de janeiro de 2015, das situações de prestação de serviços de águas e resíduos por freguesias ou associações de utilizadores, razão pela qual a partir daquela data deveriam esses serviços ser assegurados pelos respetivos municípios. Reproduz-se seguidamente o nº. 1 do art.º 78º conjugado com o art.º 81º do referido diploma (194/2009)».

Se entendem que cumprir uma lei era bombardear e pressionar os Senhores Presidentes de Junta, então eu pergunto como é que podíamos assumir a responsabilidade daquilo que nos era legalmente imposto? Senão vejamos:

«Tratando-se de um regime jurídico do setor de água e resíduos, o Decreto-lei 194/2009, de 20 de agosto, constitui regime especial face às disposições da Lei 169/99, de 18 de setembro, significando, assim, que aquando da sua entrada em vigor se tornou clara a impossibilidade de delegação de competências nas juntas de freguesia e associações de utilizadores neste setor, a partir de 1 de janeiro de 2015.

A ERSAR, no quadro da sua intervenção regulatória, alertou por diversas vezes ao longo destes cinco anos as entidades gestoras para o facto, e apoiou o diálogo entre as partes, sempre que necessário, continuando a disponibilizar o protocolo-tipo já referido e mais recentemente desenvolvendo uma aplicação informática que permite estimar o valor das infraestruturas dos sistemas a entregar aos municípios e que, no entendimento desta entidade reguladora, pode constituir uma base para fixação das contrapartidas a acordar entre as partes. Porém, quatro anos após a entrada em vigor do Decreto-lei nº. 194/2009, de 20 de agosto, entrou em vigor a Lei 75/2013, de 12 de setembro. De acordo com o art.º 131 dessa Lei “os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades



de proximidade e do apoio direto às comunidades locais.”» Com esta norma foi possível à Câmara delegar, novamente, a competência da gestão da água nas freguesias.

Como atrás disse, a ERSAR publicou estas normas no dia 23 de janeiro e eu no dia 28 reuni com os Senhores Presidentes de Junta informando-os desta novas possibilidades. Todos aqueles que quiserem continuar a fazer a gestão da água poderão fazê-lo, celebrando o respetivo contrato interadministrativo e, dessa forma a Autarquia delegará em todas as freguesias que assim o desejem.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – usou novamente da palavra para dizer que em 2009 saiu um diploma que dizia que passado cinco anos as freguesias não poderiam fazer a gestão da água.

Mas antes do término do prazo saiu a tal Lei 75/2013, de 12 de setembro, significando que desde essa data esta solução era pacífica. Esta última Lei veio permitir o que a lei 194/2009 queria proibir. Esta questão foi suscitada por impreparação, senão este parecer que aqui está podia ter sido pedido dois anos antes.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** lembrou que na última sessão da Assembleia Municipal realizada em dezembro disse: “haja alguém aqui que diga que é possível e que escreva como é possível, e eu serei o primeiro a aceitar”.

Esta assertividade de interpretação não esteve presente nessa sessão, nem ninguém nunca escreveu a dizer: “de acordo com esta Lei ou com aquela é possível”. Hoje, depois da ERSAR ter publicado estas normas de procedimentos a adotar, todos interpretamos a Lei dessa maneira.

Posta à votação a Moção foi aprovada por unanimidade.

Em seguida usaram da palavra neste período antes da Ordem do Dia os Senhores deputados:

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SILVA PRETO do MAI – Cumprimentou os presentes e citou o Senhor Presidente da Mesa quando disse “não pratico manobras dilatórias”, dizendo que suponha que essa situação estaria ultrapassada.

“Gostaria que se colocasse no meu lugar e tentasse entender que no dia 16 de setembro dei entrada com um requerimento. O Senhor Presidente da Mesa disse-me que pediu um parecer à CCDRN e passado mais de quatro meses recebo um parecer de três páginas em que duas delas são transcrições de leis. Não vou dizer que o Senhor Presidente da Assembleia pratica manobras dilatórias. O que vou dizer é que não sei quando este parecer foi emitido porque não está datado, mas uma CCDRN não devia demorar mais de quatro meses a dar este parecer.

Não fui apenas eu, como membro desta Assembleia, que agora requeri que fosse acrescentado um ponto à ordem de trabalhos; foram pelo menos quatro membros. Deram entrada no gabinete da AM quatro requerimentos e a justificação que o Senhor Presidente dá vem precisamente contradizer a decisão de não colocar na ordem de trabalhos o ponto sintético que eu requeri e que foi uma auditoria financeira externa às contas do mandato 2009/2013. Este parecer vem precisamente dizer o contrário. O que ele diz é que compete à Assembleia Municipal fiscalizar a Câmara Municipal e vem depois dizer que o requerimento que apresentei no dia 16 de setembro era demasiado abrangente e pouco preciso. Então fiz agora um requerimento que é muito preciso; tem onze parágrafos a justificar a razão por que se



requer essa auditoria e eu só queria que assunto fosse aqui debatido. Se depois seria aprovado ou não só caberia aos membros desta Assembleia votar. Não querem que haja discussão e por isso é que nós sabemos que essa justificação que é dada e este parecer, que me parece encomendado, não tem nada de novo. Isto não é uma decisão vinculativa. É um parecer. Chego à conclusão que há todo o interesse em evitar esta discussão. Chamaremos o assunto à coação, quando bem entendermos.

Sobre a situação que aconteceu com os parquímetros recebi hoje, logo quando entrei na sala, um envelope com várias folhas e parece-me difícil ter tempo para analisar isto sucintamente. De qualquer forma o que eu pude entender é que foi feita uma homologação em julho de 2012 e outra em julho de 2013. Em julho de 2014, nem depois, não foi feita nenhuma. Isso significa que os munícipes andaram a ser taxados ilegalmente porque os parquímetros não estavam homologados. Essa situação é grave. Para mim não é grave a ASAE ter colocado sacos nos parquímetros. Era grave se fizesse aquilo que o Senhor Presidente da Câmara queria; uma contraordenação, dar-lhe uns dias para resolver o problema e, entretanto, a Câmara continuava a taxar ilegalmente os munícipes e a cobrar contra ordenações ilegais. Isso é que para mim seria grave.

Chamo a atenção para esta situação e dizer que a Câmara deverá ter muito mais atenção porque tem que dar o exemplo. Todas as taxas que foram cobradas a partir do momento em que os parquímetros tinham de estar homologados e não estavam, foram taxas ilegais.

Tenho recebido comunicações/cópias de emails que são enviados ao Presidente da Câmara sobre a situação gravíssima da poluição que está a acontecer em Vale de Salgueiro – Outeiro Seco. Sobre esta situação queria fazer três perguntas concretas: Se tem recebido esses emails; se tem verificado se há ou não verdade nessas denúncias; se for verdade que atitudes é que a Câmara tomou para resolver. Aplicou alguma contraordenação? O que vai fazer sobre esta questão.

Sabemos que há uma denúncia sobre o Rio Tâmega, pela água que vem poluída de Espanha e trás chumbo. Peço ao Senhor Presidente que nos informe em relação à situação de Outeiro Seco.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que os parquímetros foram instalados na cidade porque na altura foi entendido que favoreciam os serviços e o comércio local. Não havendo parquímetros a disponibilidade próxima, de estacionamento, não seria tão fácil e já lá vão uns anos largos em que o executivo do Partido Socialista instalou este equipamento na cidade.

Nesta situação concreta colocada pelo Senhor deputado Francisco Preto, o que se passou foi o seguinte: A ASAE, na esfera das suas competências, veio verificar se estes instrumentos de medida estavam atualizados, em termos de verificação da sua conformidade. Não se trata de homologação uma vez que foram homologados quando foram instalados. De acordo com o art.º 4º da Lei 291/90 essa verificação tem de ser feita anualmente para ver se os aparelhos estão a funcionar regularmente.

A Empresa Municipal gestora dos parquímetros, como habitualmente vem fazendo, requereu à empresa responsável, a respetiva certificação da conformidade dos aparelhos. Acontece que a empresa que fazia o controlo metrológico deixou de ter essa competência e passou a ter apenas competência para fazer verificações nas situações em que há alterações de tarifários ou dos períodos de tempo a aplicar. Não



se verificando esses pressupostos, não pode ser ela a certificar. Perante isso a referida empresa em vez de comunicar a situação de imediato, só respondeu a 9 de janeiro dando essa informação. Logo que recebemos a resposta, no próprio dia 9 de janeiro contactamos outra entidade certificadora e na troca de correspondência em termos de acerto de custos e procedimentos de adjudicação decorreram alguns dias até o processo ficar concluído.

Entendemos que a ASAE em vez de apreender o material deveria ter notificado a Câmara dando-lhe um prazo para regularizar. O que foi feito foi um espetáculo desnecessário que teve início numa segunda-feira à tarde e na quinta-feira seguinte, logo de manhã, a situação estava completamente regularizada. Poderia haver algum problema de consciência se os aparelhos não estivessem a funcionar bem. Quando a nova entidade veio fazer a verificação/certificação da conformidade dos aparelhos na presença da ASAE, se se tivesse verificado algum desajustamento, porque não estavam a medir bem o tempo, ou não estavam a emitir o devido recibo, poderíamos dizer que algum cidadão poderia ter sido penalizado. Mas isso não aconteceu. Os aparelhos estavam todos a funcionar nas devidas condições.

O material nunca foi apreendido. Quando muito foi bloqueado e colocado fora de serviço. Não houve nenhuma irregularidade para ser apreendido. Ninguém tem interesse em ser notícia nacional por situações destas. Lamentamos é que a RTP não tenha podido vir a Chaves fazer a cobertura das comemorações do Centenário do nascimento do ilustre flaviense General Francisco da Costa Gomes, quando foi convidada, tendo nessa altura respondido que não tinham nenhuma equipa disponível. Foram comemorações de carácter nacional onde estiveram presentes altas individualidades, entre as quais o Estado Maior General das Forças Armadas. Mas para dar a notícia sobre os parquímetros tiveram logo equipa disponível para fazer espetáculo.

A Câmara lê todos os emails que recebe e sobre a situação de Vale Salgueiro em Outeiro Seco já foi dada a competente resposta ao cidadão que apresentou a queixa. Temos ali duas situações. A verificação do funcionamento das empresas do Grupo III é da responsabilidade da Câmara Municipal e já foram notificadas para proceder à correção das deficiências, nomeadamente a colocação de um dispositivo/câmara que separe as gorduras antes de serem lançadas na rede de águas residuais. Essas empresas foram sujeitas a processos de contraordenação e temos conhecimento de que já estão a fazer esse investimento. Nas empresas do Grupo II a entidade responsável é ex-direcção Regional de Economia que foi informada da situação. A empresa em causa não está a funcionar nas devidas condições porque não tem a tal câmara para recolher as gorduras. As empresas do Grupo II são sujeitas a uma vistoria e só podem começar a laborar depois de a entidade competente dar a sua conformidade.

FRANCISCO JOSÉ T. LOPES SILVA PRETO do MAI – pediu um esclarecimento.

“O senhor Presidente da Câmara disse que como é habitual, em dezembro foi requerida a homologação dos parquímetros e eu pergunto se o habitual é requerer em dezembro porque é que as anteriores homologações foram em julho de 2012 e em julho de 2013.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu a Senhor deputado Francisco Preto que o número 2 do artigo 4º do Decreto - lei 291/90, de 20 de setembro diz que os



instrumentos de medição são dispensados de verificação periódica até 31 de dezembro do ano seguinte ao da sua primeira verificação, salvo regulamentação específica em contrário. O nº 5 do referido diploma diz que a verificação periódica é válida até 31 de dezembro do ano seguinte, ao da sua verificação, salvo regulamentação específica em contrário. A verificação que foi feita na quinta-feira da semana passada (26.02.2015) é válida até 31 de dezembro de 2016.

MARIA ZÉLIA VALOURA do CDS/PP – cumprimentou os presentes e seguida disse:

“No fim de semana em que decorreu a feira do fumeiro de Montalegre, domingo de manhã fui interpolada por um grupo de pessoas que já tendo estado na dita feira aproveitavam o domingo para visitar Chaves. Pediram-me para lhes indicar onde ficava o museu ferroviário. Infelizmente tive que as informar que o museu estava fechado.

Perguntaram-me se havia mais algum monumento ou museu que pudessem visitar. Informei-as que Chaves só por si já é um monumento e que muito havia para visitar numa cidade com mais de 2.000 anos de história, destacando vários pontos de interesse que podiam conhecer no concelho. Além da gastronomia que poderiam saborear.

Todavia o sucedido faz-me questionar o seguinte: Será que Chaves como cidade turística não devia ter todos os dias os seus monumentos e museus abertos, assim como os postos de informação turística, principalmente quando quer aproveitar as sinergias dos eventos das localidades próximas para trazer pessoas a Chaves?

O concelho é riquíssimo em património natural e edificado e menciono aqui entre muitos que podia referir como monumentos nacionais e de interesse público a igreja de São Julião a igreja de Santa Leocádia o Castelo de Monforte, o castro de Loivos, entre outros.

Se temos tanto para oferecer porque não apostar na promoção do património material e imaterial do Concelho divulgando as rotas turísticas existentes e criando outras (como já fizeram outros concelhos), como por exemplo a rota dos moinhos de água incluindo-se nesses roteiros também o mundo rural e as aldeias.

Chaves tem um guia turístico móvel o “Vive Chaves” em que as pessoas através dos seus smartphone, tablets, sistema ios e android podem fazer o download desta aplicação, (quanto a mim pouco intuitiva). Quanto a isto também não podemos esquecer que nem todos possuem estas ferramentas informáticas para aceder à aplicação e que muitos gostam de buscar informação personalizada.

Será que num concelho que tem um legado histórico milenar, um dos maiores símbolos da romanização de toda a Gallaecia setentrional, a ponte romana, balneários termais, e um dos melhores hotéis do mundo, não se justifica também a abertura (além dos equipamentos já referidos) de pontos de informação turística aos fins de semana, sabendo que é nessas alturas que as pessoas têm mais disponibilidade para o turismo e lazer, mesmo no inverno.

Em relação à recente situação de apreensão dos parcómetros pela ASAE devido à falta de certificação, gostava de perguntar se em Chaves não há serviços de metrologia credenciados que possam realizar a aferição dos parcómetros com uma maior economia para a câmara”.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – cumprimentou os presentes e disse que a legislação sobre a água e a apreensão dos parcómetros pela ASAE é fruto daquilo



que é o país de hoje. A ASAE cumpre ordens completamente absurdas e foram legisladores da área do PS e do PSD que fizeram essas leis, que são ridículas.

“Vivemos num país de loucos que vocês ajudaram a construir. A Dra. Manuela Ferreira Leite, num texto que escreveu no jornal o Expresso, lembrou uma coisa muito importante: «nos últimos anos (referia-se aos governos do PSD e do CDS) criou-se uma legislação fiscal de multas e de contraordenações, que facilmente produz multas enormes a partir de questões mínimas». Foram os governos e a Assembleia da República, com maioria do PSD e CDS que fizeram isso. A propósito das portagens ouviram o que acontece quando há incumprimento do seu pagamento às vezes sem nenhum dolo, por avaria do aparelho, porque a carta não chegou a tempo etc. e criou-se um conjunto de multas extremamente penalizadoras, completamente desproporcionadas em relação ao “crime” que se está a cometer. Não ficava mal aos autarcas do Alto Tâmega levantarem a sua voz para dizer ao governo que para além de nos terem aplicado portagens quando tinham prometido que não o fariam, como prémio por termos estado tantos anos à espera da autoestrada, que não inventem legislação absurda que depois aplica multas desproporcionadas. Também disseram que não havia mais medidas de austeridade, mas então são as autarquias, que lançam taxas e taxinhas. É este o país que o PS, o PSD e o CDS fizeram e quando nos cai em cima é um absurdo. Em algum momento as pessoas têm de se revoltar e pelos vistos a Dra. Manuela Ferreira Leite já percebeu isso.

Não há mais tempo para o PSD local se esconder atrás de uma não decisão do Ministério da Saúde que, em acordo com as estruturas do PSD, continua a não responder à questão da Unidade Local de Saúde. Nem diz não, nem diz sim e a legislatura vai chegar ao fim sem nada resolver. A CDU diz o que sempre disse. A questão essencial da decadência, da desorganização da saúde, do esvaziamento dos serviços do Hospital é uma questão de política nacional deste governo e dos governos anteriores. As roturas no Hospital de Chaves são gravíssimas; é a Radiologia em rotura, o Laboratório do hospital está em rotura completa porque eles entendem que o número de profissionais deve ser o mínimo dos mínimos e basta uma pessoa partir uma perna, outra ter um enfarte, outra ter um tumor para tudo entrar em rotura. É evidente que a estrutura de Centro Hospitalar depois prejudica os hospitais mais periféricos. Há que assumir que são as políticas nacionais que estão a destruir o Serviço Nacional de Saúde; Mas a responsabilidade também é vossa porque quando vos dá jeito dizem que é o governo que faz; nós somos o PSD ou o PS local. Não podemos estar num partido e quando não nos dá jeito dizer que não é nada connosco”.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – cumprimentou os presentes e em seguida sugeriu a criação de uma equipa de emergência que mantenha a cidade limpa aos fins de semana.

“Penso que é perfeitamente possível aos serviços camarários formar essa equipa de limpeza de sexta para sábado e de sábado para domingo que mantenha a cidade limpa nomeadamente nas zonas mais nobres da cidade.

Para além desta sugestão gostaria de deixar uma outra ao Senhor Presidente da Câmara. Estaciono com frequência nas traseiras dos Serviços Florestais e sugiro que coloquem ali setas de direcionamento horizontais a regulamentar o trânsito naquele parque de estacionamento”.



FRANCISCO ANTÓNIO TAVEIRA FERREIRA do PSD – cumprimentou os presentes e disse que a sua intervenção se vai focar na discussão pública de um anteprojeto sobre a delegação de competências para municípios e entidades intermunicipais.

Esse anteprojeto que já se transformou em projeto e foi publicado no passado dia 12 de fevereiro – o Decreto – lei 30/2015 estabelece o regime de delegação de competências no domínio de funções sociais, do estado para as autarquias locais e entidades intermunicipais. Trata-se de legislação que, basicamente prevê mais transferências na área do ensino, da segurança social, da cultura e prevê algumas transferências na área da saúde.

Na área da saúde prevê a definição estratégica municipal e intermunicipal, gestão de espaços e períodos de funcionamento da cobertura assistencial, incluindo alargamento de horários de funcionamento das unidades funcionais dos Agrupamentos de Centros de Saúde, execução de intervenções de apoio domiciliário, de apoio social e dependente, iniciativas de prevenção de saúde, de promoção da doença, celebração de acordos com entidades particulares de solidariedade social, nomeadamente a gestão de transporte de utentes e de serviços ao domicílio, administração de unidades de cuidados continuados, gestão de recursos humanos, recrutamento, alocação, gestão, formação, avaliação de desempenho de técnicos superiores de saúde, técnicos de diagnóstico de terapêutica, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

No âmbito da gestão de recursos financeiros, prevê-se a elaboração de um protocolo de apoio financeiro e no âmbito da gestão de equipamentos e infraestruturas dos Centros de Saúde prevê-se a construção, manutenção de edifícios e de equipamentos, arranjos exteriores, jardinagem, serviço de limpeza, de vigilância, e gestão de bens móveis de unidades funcionais do ACES. Esta transferência de competências para os municípios e para as entidades intermunicipais poderá executar-se por meio de um mecanismo chamado de contratualização de delegação de competências, devendo assegurar uma representatividade e diversidade territorial e demográfica traduzida em projetos-piloto e em voluntariado. Ou seja: os municípios aderirão, ou não, a esta transferência de competências mediante protocolos, estando previsto a existência de uma dezena de protocolos nesta primeira fase da delegação de competências.

Fui chamado a trabalhar com uma comissão, num concelho próximo e fiquei um pouco sensível com esta matéria. Neste momento este será um alerta para refletirmos se é possível, ou não, se há ou não ganhos com esta possibilidade de transferências de competências para as autarquias.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – usou novamente da palavra para dizer que é estranho que esta questão dos parquímetros tenha sido suscitada no ano em que a empresa municipal que faz a gestão das termas e é também responsável pelo estacionamento à superfície esteja sem atividade. Para além disso a responsabilidade não é de quem presta o serviço, mas sim de quem pede a contratação e deve haver maior atenção a estas situações para que não se repitam porque são notícias com má publicidade para o concelho, sobretudo para o turismo, que tanto desejamos.

“Eu não sei se o Senhor Presidente da Câmara já refletiu nesta possível delegação de competências para os municípios referida pelo Senhor deputado Francisco Taveira, nomeadamente em matéria de saúde, educação e na área social. Se já



participou nalguns grupos de trabalho que já foram criados no âmbito da ANMP e qual é a sua opinião sobre isto. Na sua perspetiva quais são os riscos, as vantagens e os inconvenientes.

Gostaria de apresentar uma reflexão sobre o estado atual, em termos económicos, sociais, culturais e desportivos do concelho. A oposição, por definição está sempre na oposição e critica sempre as opções tomadas quer sejam de âmbito municipal, quer sejam de âmbito nacional. Tentei identificar nas chamadas ações de âmbito interno algumas que fossem meritórias de relevo e de importância para o desenvolvimento local nos últimos tempos, para, no âmbito das competências próprias do município perceber, nos vários domínios, o que tem sido feito. Também tentai fazê-lo naquilo que eu chamo de âmbito externo ou de capacidade de influência a nível nacional, mas não fui bem-sucedido.

Na área empresarial tentei identificar nos últimos anos, uma atividade empresarial que tenha sido levada a cabo pelo Município de Chaves, na qual tenha havido sucesso. Pensei no Mercado Abastecedor e percebi que este grande investimento, que era vendido como sendo fundamental no desenvolvimento agrícola e na afirmação dos nossos produtos locais e sua distribuição, vem hoje a esta Assembleia Municipal para que seja o município a assumir a dívida dele resultante, no valor de 3,4 milhões de euros. Do Parque Empresarial ainda não percebi qual a receita relevante que já gerou em termos de empregos criados e de contributo líquido para a economia local. O mesmo acontece relativamente à Plataforma Logística.

Também as Termas de Chaves, uma área tão relevante para a nossa economia e de importância para a nossa identidade, para a nossa afirmação para o desenvolvimento local, estão encerradas há quinze meses. Primeiro o início das obras foi adiado quatro meses por razões eleitorais, depois era suposto que as obras terminassem em oito meses e, se assim fosse, as termas estariam abertas há muito tempo. Consultei a página da empresa que faz a gestão das termas e não dá nenhuma informação quanto à previsão da sua abertura.

Estas são quatro áreas de intervenção da responsabilidade do município. Mas se chegarmos à área das finanças públicas concluímos que o município se encontra em saneamento financeiro. Tudo o que teve a ver com gestão falhou. Nessas empresas todas, Parque Empresarial, Mercado Abastecedor, era suposto estarmos a falar de atividades empresariais e era suposto que nesses âmbitos houvesse parceiros. Que houvesse acionistas que tivessem “now au”, que tivessem conhecimentos, relacionamentos e competências e eles existiam – a Associação Empresarial Portuguesa e a SIMAB. Estes parceiros afastaram-se destas empresas e a sua gestão ficou cometida a pessoas que não percebem nada de gestão, que não tinham a menor noção do que é gerir um Mercado Abastecedor, um Parque Empresarial e fizeram um trabalho muito mau.

No domínio desportivo Chaves continua a necessitar de umas piscinas. A chamada cidade desportiva ficou pelo caminho, assim como a piscina olímpica.

Chaves também não dispõe de um espaço multifuncional que é fundamental para fazer a promoção dos nossos produtos locais. Chaves há muito tempo que precisa de um espaço digno que tenha dimensão, centralidade e as condições necessárias para fazer exposições, feiras, iniciativas de promoção, afirmação e divulgação dos produtos locais. O Pavilhão Gimnodesportivo não tem essas condições.



Relativamente a questões de âmbito externo, nas quais a Câmara Municipal não tem uma competência direta, não vejo quais os serviços que ganhamos nos últimos tempos. Na saúde todos conhecemos a situação deficitária do nosso Hospital. Nesta questão o PS está disponível para fazer um pacto civil, que não seja usado como arma de arremesso, mas sim uma causa que envolva todos os flavienses. Se quiserem que este assunto seja discutido e consensualizado entre todos, estaremos disponíveis para fazer esse pacto, que é fundamental e para que não se arranjem pretextos ou falsas razões para desentendimento e depois dizer que a culpa é de A, B, C ou D, envolvendo nesta solução todas as forças políticas, todas as associações, todos os representantes coletivos e cívicos, para que a força seja maior e não hajam acusações meramente políticas que em nada contribuem para que a oferta de saúde cresça no Concelho. Nesta área perdemos duas unidades de cuidados continuados, com trinta e duas camas, e estamos há meses a aguardar que este processo se resolva para que a população possa ter aqui uma resposta fundamental.

Ao nível da justiça ainda não consegui perceber as motivações desta reforma, dado que Chaves foi desconsiderado neste processo e são os cidadãos e o acesso à justiça que está posto em causa.

Existiam dois postos de turismo – um em Chaves e outro em Vidago – para promoção do nosso concelho, que foram encerrados desde o dia 1 de janeiro.

Ao nível do ensino superior aquele que era público encerrou num governo do PSD e numa gestão autárquica do mesmo partido.

Podia continuar aqui mais algum tempo a analisar estas questões para chegarmos à conclusão que a mudança é necessária”.

ANTÓNIO MANUEL SANTANA ABELHA do PSD – cumprimentou os presentes e referiu-se à intervenção do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, que o precedera, dizendo:

Depois da intervenção catastrófica, fatalista do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro que praticamente reduziu Chaves a um deserto, apesar de ter razão nalguns aspetos que referiu, venho aqui falar, essencialmente, sobre dois assuntos que têm sido repetidamente chamados à colação, quer na imprensa escrita, quer nas televisões locais e regionais, quer nas redes sociais e que se prendem com duas realidades duras, mas que é preciso enfrentar. O problema da dívida e o problema da água.

O que tenho visto, nomeadamente da parte do Partido Socialista é uma visão que têm todo o direito a ter mas é uma visão de oposição ferocíssima à Câmara Municipal, ao executivo liderado pelo Arquiteto Cabeleira. Basta ver as palavras utilizadas – incompetência, inépcia, entre outras. No entanto há uma coisa que tem faltado nas conferências de imprensa do Partido Socialista e isso preocupa-me. Dizerem que a água aumentou 14% está correto, porque é verdade. Agora dizerem repetidamente, reiteradamente, que a dívida é de sessenta milhões, quando o Senhor Presidente da Câmara, que deve ser um homem de palavra, lhes diz que a dívida é de quarenta e cinco milhões. Entendo que essa é uma atitude maliciosa, demagógica, populista, que não aproveita a ninguém. A verdade tem de ser assumida. Se a dívida é de quarenta e cinco milhões, não é de sessenta. O Senhor deputado Nuno Vaz diz que a dívida ronda os sessenta milhões, e que foram pedidos mais vinte e sete milhões de euros à banca. O Senhor deputado sabe claramente que não são vinte e sete milhões. Sabe que foram pedidos dezanove e reduziram para treze milhões. O Senhor deputado repete isso até à exaustão, o que não corresponde à verdade. Cito



como fontes o Porto Canal, a Agência Lusa, Sinal TV e cito a ata da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara, ainda na última sessão da Assembleia Municipal afirmou, aquando da discussão do ponto seis e passo a citar: «O Partido Socialista opina que seria possível resolver o problema financeiro sem recurso ao empréstimo. Não é este o nosso entendimento. Há aqui uma redução de dezanove para treze milhões de euros». O Senhor deputado sabe que tenho pelo Senhor uma consideração verdadeira que lhe tenho transmitido quando conversamos, mas choca-me que se utilize a demagogia ou o populismo junto das pessoas. Se um flaviense vier junto de mim e me disser que o PSD aumentou a água em 14%, eu confirmo. A política tem de ser feita com verdade e não com populismo nem com demagogia.

Sobre o problema da água o Senhor deputado referiu “um aumento brutal nas tarifas de água, saneamento e lixo”. Certamente que 14% é um aumento substantivo, mas também não posso negar, em honra da verdade, que quem fornece a água a fornece a um preço exorbitantemente alto, o preço mais alto do país, e que a Câmara Municipal de Chaves, como qualquer empresa que se preze, seja pública ou privada, não pode revender um produto com um prejuízo de 60%. O défice que se acumula todos os anos vai pagá-lo o Partido Socialista, se um dia voltar a ganhar a Câmara?

O Senhor deputado que foi um bom aluno, é certamente um bom jurista, sabe que os estados só se financiam de duas maneiras. Ou é através de impostos ou através de empréstimos. O PS oferece às mãos cheias, qual partido Syriza, oferece tudo e de borla. Isso não é possível. São necessárias receitas e as receitas só é possível obtê-las através de impostos e empréstimos. Se o Senhor deputado conhece mais formas de o município se financiar diga-as. Na última sessão deste Órgão o Senhor propôs que se diminua o custo na ETAR, com o tratamento das águas da chuva. Foi a única proposta que o Partido Socialista apresentou para diminuir as despesas da Câmara Municipal de Chaves. Está na ata.

O Senhor deputado faz afirmações gravíssimas e não pode. O Senhor não pode dizer que não sabe o que é a taxa fixa. O Senhor disse e passo a citar: «se pensarmos que o aumento da taxa fixa e a taxa fixa é uma coisa que ninguém sabe o que é, e é uma coisa imoral, que veio substituir o antigo aluguer do contador, porque é uma taxa que nós pagamos e não sabemos porquê» E não sabemos porquê? Senhor deputado Nuno Vaz não sabe o que é a taxa fixa, quando ainda há pouco citou a ERSAR? A ERSAR diz que “a estrutura mais adequada dos tarifários de águas, águas residuais e resíduos urbanos deve compreender duas componentes, uma variável e outra fixa. A primeira destas componentes respeita ao consumo efetuado durante o período temporal e encontra-se relacionada com a quantidade de água consumida, residuais e resíduos; a segunda, também designada de quota de serviço, ou de tarifa de disponibilidade...”. Em Montalegre também se pratica e o Senhor deputado não pode ter duas visões diferentes para a mesma realidade. Quanto paga Montalegre pela aquisição da água e qual é o preço final ao consumidor? Demonstre, aqui, que em Chaves se paga a água mais cara do que em Montalegre. É preciso dizer sempre a verdade. Em Montalegre, em várias situações, os consumidores pagam mais pela água do que em Chaves que é a cidade onde se adquire a água mais cara do país. Se o Senhor me disser que estou enganado vou ter de lhe pedir desculpa, desde que me demonstre cabalmente. Agora vir aqui dizer que não sabe o que é uma a taxa



fixa!.. O Senhor referiu-se a Vila Real como cidade de referência, mas esqueceu-se de mencionar Lisboa onde o aumento das taxas chega aos 157%. Está escrito no jornal Expresso.

O executivo anterior com a coresponsabilidade do Senhor arquiteto Cabelreira levou-nos à falência como o Senhor deputado diz. Que não houve investimento nenhum na rede de água e infraestrutura e que se perdeu a oportunidade de fundos comunitários disponíveis. Dizer que a rede está velha, está gasta, está obsoleta, há perdas, há prejuízos, terá alguma razão, mas dizer que não houve investimento não é verdade. Houve investimento nas infraestruturas de abastecimento de água, no valor de 1.261.043€ e nas infraestruturas de águas residuais 11.680.536€, o que totaliza 12.941.579€.

O Senhor deputado Nuno Vaz tão depressa diz que a Autarquia não devolveu onze milhões como depois diz que não pagou nove milhões às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, o que é mais verdade porque foi pago mais de um milhão de euros à Empresa. E pergunta amiúde: para onde foram os mais de onze milhões de euros em questão? Mas não são onze milhões. São nove milhões.

O Senhor deputado deve ser mais afirmativo e mais exaustivo na procura da verdade e não estar constantemente a alternar onze milhões com nove milhões. É que dois milhões é muito dinheiro.

Depois afirma: aumentam-se o primeiro e segundo escalões e desagrava-se o terceiro escalão. Pergunto ao Senhor Presidente se esta afirmação corresponde à realidade. O terceiro escalão que é o dos “ricos” que têm piscinas e jardins vão pagar menos? Pergunto-lhe também se a água é mais cara em Chaves, em Montalegre ou em Vila Real? O Senhor Presidente esqueceu-se dos mais humildes? Estes vão passar a pagar por mês muito mais dinheiro em água este ano do que em 2014?

Em Lisboa há tarifas a disparar para mais do dobro, conforme diz o jornal Expresso.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro terminou a sua intervenção dizendo que «este sucessivo aumento das tarifas de água, podem ter também outra explicação que é preparar o sistema para poder ser concessionado ou privatizado». Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara: Vai privatizar a água? Se isso acontecer não conte comigo nem com ninguém da bancada do PSD. Um Social-democrata não venda a água que além de ser um bem essencial à vida, é um bem escasso e tudo o que é escasso é económico e tudo o que é económico tem um preço. O senhor deputado esquece sempre essa parte do dinheiro, mas a verdade é que é necessário que ele venha de algum lado.

Em minha opinião este aumento da água é efetivamente significativo, mas não de reparar que face ao tarifário praticado noutros municípios é aceitável. Dir-me-ão que os contratos foram mal feitos. Mas a verdade é que quando as Águas de Portugal passam o m³ de água para 70 cêntimos como é que a Câmara, esta ou outra, pode manter os preços que vem praticando? Quando um dia o PS estiver na Câmara, se eu ainda for vivo, e se acontecer o mesmo que acontece agora, mantereí a mesma posição. É necessário para sanear as finanças da Autarquia.

Terá havido investimentos errados, é natural, mas o que nunca me pareceu é que nem com esta Câmara, nem com a do PS no passado, tenha havido desvios de dinheiro, graças a Deus, honra lhes seja feita aos partidos.



Termino esta minha intervenção de uma forma mais amena. Dizia Salomão no livro dos Provérbios: «a água roubada é doce e o pão que se come escondido é ainda mais saboroso». Se lermos determinadas frases fora de contexto estas podem induzir-nos em erro. Antes de dizer que a água é doce quando roubada e que o pão às escondidas sabe melhor, nos Provérbios, antes referidos, livro nove, versículos 13 e seguintes, diz-se: “A insensatez é mulher sensual, exibicionista e ignorante, sentada à porta de sua casa, no ponto mais alto da cidade, propagandeia sua proposta aos que transitam por ali em seus caminhos: «Vinde todos, vós oh incautos!». E aos que não têm bom senso ela convida: «A água roubada é doce e o pão que se come escondido é ainda mais saboroso, contudo eles nem imaginam que exatamente ali residem os espíritos, os condenados à morte e que os seus convidados estão todos nas regiões mais profundas».

Senhor deputado, com toda a estima e algum lapso que tenha cometido num ou outro apontamento vou terminar a minha intervenção com uma frase que espero que nunca se aplique nem a si nem a mim, nem a nenhum dos presentes. «A política sem risco uma chatice, sem ética é uma vergonha». *Francisco Sá Carneiro.*

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu a palavra para responder ao senhor deputado António Abelha que o citou e disse:

“A estima e consideração são recíprocas. A minha estima pelo Senhor deputado António Abelha é grande, como sabe.

Congratulo-me que me vá seguindo nas redes sociais, nas minhas conferências de imprensa e nas posições que tomamos porque isso também é salutar e é importante que conheçamos as posições recíprocas.

No que respeita às questões da água e outras matérias de taxas, teremos oportunidade de as discutir com o Senhor Presidente da Câmara em pontos da ordem de trabalhos e veremos do fundamento, da validade dos pressupostos e da devida, ou indevida, análise técnica que lá está consignada.

O valor de sessenta milhões é a estimativa que o Partido Socialista faz da dívida, com base em considerações que passo a explicar. Os documentos falam em quarenta e três/quarenta e cinco e se somar a isso a dívida do MARC que é hoje discutida, mais as expropriações que estão em curso, quer da Fundação, quer do Polis, mais os riscos de contágio que existem das ações judiciais que estão a decorrer, em função da dívida das águas e do saneamento, certamente chegará aos sessenta milhões como eu cheguei. Lendo os documentos contabilísticos não são sessenta milhões, lendo todos os riscos que estão associados, não ficará muito longe daquele valor.

Quando disse que não conhecia a taxa fixa, não quis dizer que tecnicamente não a conhecia. Conheço-a e sei o que é. Também sei que a taxa fixa foi a substituição do aluguer do contador. Estou aqui como cidadão político partidário e não como Diretor de Departamento de nenhum serviço, ou no exercício da minha profissão. No exercício da minha profissão com certeza que tenho uma missão e que tenho obrigações funcionais; aqui não estou vinculado a elas e não é nesse papel que venho aqui falar. É noutra papel e perceberá que o homem tem diferentes dimensões. Tem dimensões políticas, dimensões cívicas, dimensões profissionais. Estou aqui



numa dimensão política e nessa dimensão a minha crítica é sobre esta taxa que eu não percebo qual é o serviço que é oferecido pelos municípios e quando falo dos municípios falo do de Chaves e de todos os do País”.

JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que lhes gostaria de transmitir aquilo que disse ao Senhor Ministro da Saúde aquando da sua visita a Vila Pouca de Aguiar no passado dia 21 de fevereiro, onde participou num Fórum levado a efeito pelo PSD, sob o tema “Investimento para Trás-os-Montes 2020”

“Quando tive oportunidade de falar com o Senhor Ministro disse-lhe, olhos nos olhos, tudo o que penso sobre a situação da saúde no nosso hospital. Ele ouviu-me e devo dizer que fiquei com a melhor das impressões. No final da visita o Senhor Ministro chamou-me, fez-me várias perguntas sobre o estado do nosso Hospital e disse-me: «fui mais esclarecido com tudo o que o Senhor disse do que em todas as reuniões que tenho tido até à data».

Sei que o Senhor Presidente irá falar sobre o assunto que foi conversado na reunião com o Senhor Ministro e parece-me que as coisas estarão bem encaminhadas, pelas informações internas que pude recolher. O Senhor Presidente da Câmara foi muito incisivo e preciso no que respeita ao Senhor Administrador do Centro Hospitalar, Dr. Carlos Cadavez, situação que eu apoio incondicionalmente, como apoiarei todas as decisões que tomar para defender a nossa terra.

Falei-lhe na cardiologia, urologia e pediatria e se quiserem ir ao Facebook eu escrevi mais ou menos o que lá se passou. O senhor Ministro colocou-me o problema da dificuldade da contratação de médicos para uma futura Unidade Local de Saúde, a que achei recetivo, mas também sei que estamos em anos de eleições. Como já disse achei o Senhor Ministro uma pessoa aberta que quer fazer mais e melhor. Não concorda com o estado do Hospital e nem é isso que ele quer.

O Instituto Português de Qualidade é a entidade que afere os parquímetros e os taxímetros. Todos os anos em dezembro, até ao dia 31, somos obrigados a aferir ou a rever o estado destes equipamentos. Se for revisão, que é caso presente, quer o taxímetro, quer o parquímetro podem continuar a funcionar sem qualquer tipo de coimas ou de condicionalismos. Se houver mudança de tarifário ou de medição de tempo, tem de se requerer nova aferição. Concordo com o Senhor Presidente da Câmara quando diz que a ASAE se excedeu e criou aqui um filme que não se justificava porque não estava nada errado. Se for marcada a vistoria dentro do prazo e a empresa marcou-a, a partir dessa data está tudo em ordem até a empresa que faz as aferições vir fazer a nova vistoria. Estavam a funcionar legalmente. Não houve aqui ilegalidade nenhuma dado que a Autarquia não mexeu nem nas taxas, nem na tabela de tempos.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** cumprimentou os presentes e passou a responder às questões que lhe foram colocadas pelos Senhores deputados.

Ao Senhor deputado Manuel Cunha quero dizer-lhe que no atual mandato, desta gestão, não foi criada nenhuma taxa nova. As taxas e taxinhas de outros municípios não se aplicam a Chaves.

Em relação à Unidade Local de Saúde vamos ver se até à próxima Assembleia Municipal temos uma informação definitiva. Ou sim ou não.



As sugestões apresentadas pelo Senhor deputado Anselmo Martins ficaram registadas.

Sobre a intervenção do Senhor deputado Francisco Taveira enquanto a lei não obrigar os municípios a assumir a transferências de competências, a Câmara Municipal de Chaves não estará disponível para isso. Se a lei obrigar teremos de aceitar as competências que nos forem delegadas.

Em relação à intervenção do Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, não sei se lhe devo responder aqui ou se devo esperar e responder-lhe também através de uma conferência de imprensa. Parece-me muito pouco ético que um partido, com assento neste órgão autárquico, faça conferências de imprensa antes da reunião da Assembleia Municipal, sobre assuntos que ainda vão ser discutidos na sessão a seguir, o que significa que o que se passa na Assembleia não tem importância. Se assim fosse a conferência era feita após a Assembleia Municipal e, na sequência de assuntos expostos e indevidamente esclarecidos, tem todo o direito de passar para a população o que aqui não é devidamente esclarecido. A antecipação, como disse e muito bem o Senhor deputado António Abelha, leva a que haja más interpretações. Foi dito na última Assembleia Municipal que este Executivo tinha pedido vinte e sete milhões de euros (está em ata) mas isso é uma rotunda mentira. Todos sabem e já o sabiam nessa altura, porque já tinham os documentos na mão, que o que estava em causa eram apenas treze milhões de euros. Dar uma conferência de imprensa a dizer que «a dívida da autarquia ronda os sessenta milhões de euros, tendo recorrido à banca para pedir vinte e sete milhões» é uma falácia. Na última Assembleia disse e está escrito em ata, que se somarmos todos os empréstimos pedidos desde as primeiras eleições democráticas, são bem mais do que vinte e sete milhões de euros. O que está aqui em causa e a ser julgado é este mandato e neste mandato foram pedidos treze milhões de euros. Ir para a comunicação social, antes da reunião da Assembleia falar em vinte e sete milhões de euros, não é correto. É assim que eu interpreto a sua atitude.

A análise que o Senhor deputado é sempre a mesma. Que em Chaves não se fez nem se faz nada. Disse que os postos de turismo estão fechados desde dezembro. Alguém aqui sabe qual foi o posto de turismo que foi encerrado no concelho de Chaves? O posto de turismo de Vidago, sobre a gestão e responsabilidade do Turismo do Porto Norte de Portugal, tinha uma funcionária e passou a ter duas porque veio para lá a que estava em Pedras Salgadas. Esta entidade, numa política que está a levar a efeito, e da qual eu discordo, está a querer transferir para os municípios os postos de turismo. O Turismo do Porto Norte de Portugal abandonou o posto de turismo de Chaves e a Autarquia retomou a sua abertura com serviços próprios e com pessoas que prestam informações a quem lá se desloca.

Falou em contributos do Parque Empresarial para o emprego. Ora a situação atual é de retração e crise, não só em Chaves como no país. O Senhor deputado perante este cenário estava à espera que em Chaves fossem criadas empresas por todo o lado. Apesar de tudo, devagarinho, vamos assistindo a que no Parque Empresarial se vão instalando boas empresas. Há uma empresa denominada “STELEP” que utiliza resíduos florestais para a sua atividade e cria emprego e riqueza; está em fase de conclusão a construção um grande armazém de fruta “Frutas Bela”; estão em construção os primeiros cinco pavilhões de produção de cogumelos. Temos lá



pavilhões da Autarquia que estão arrendados a empresas flavienses que produzem pastéis e a uma empresa de destilaria. Não está em causa a receita. A Autarquia não está preocupada com a receita que pode arrecadar do Parque Empresarial e até baixou o preço por m² dos lotes. Mas também arrenda os lotes a um cêntimo/m²/ano. O nosso objetivo maior é atrair empresas para que se crie emprego.

Ao contrário do que o Senhor deputado diz há estratégia. Lideramos o norte interior de Portugal em número de camas vendidas a turistas; Estamos a construir o balneário termal de Vidago, uma aspiração antiga daquela vila, que vai promover o turismo e aumentar a oferta turística.

Nesta questão do Museu Nadir Afonso as opiniões do PS são divergentes. Há pessoas no PS que são totalmente contra a sua construção, ao ponto de serem de opinião que se deveria ter parado a construção, o que em termos financeiros era a loucura total. Se fizéssemos isso teríamos de devolver o fundo comunitário já recebido, indemnizar o empreiteiro e deixar a obra a meio. Depois há outras pessoas do PS que dizem que agora a Câmara vai fazer a gestão do Museu com recursos próprios, quando devia recorrer aos melhores especialistas do país para promover aquele património que é demasiado importante para o Concelho. Ninguém conhece a posição oficial do PS. Eu continuo a dizer que é um investimento importante, provavelmente um dos melhores investimentos feito nos últimos anos em Chaves e estou convicto que, com o tempo, virão excursões de muitos e variados locais, para visitar a obra do Mestre e a arquitetura do Siza Vieira. Aos poucos vamos ganhando caminho e tenho a certeza que será uma mais-valia grande para Chaves. Já hoje é. Não imaginam a quantidade de pessoas que tem pedido informações para visitar só o edifício, por ser da autoria do arquiteto Siza Vieira. Esta obra já vem mencionada em revistas internacionais.

De facto seria muito bom que tivéssemos poder económico para poder contratar gente capaz, que fizesse uma grande promoção e a gestão do espaço. Para o PS é tudo facilidades quando é para gastar dinheiro, para obter mais coisas; por outro lado estamos no pior dos panoramas quando nos inventam uma dívida de sessenta milhões de euros.

Em termos de expropriação como todos sabem, o dinheiro está depositado no Tribunal e se este decidir a favor da Autarquia, o dinheiro para pagar em expropriações, já lá está. Não há um cêntimo de acréscimo. Se o Tribunal decidir por valores inferiores aos da arbitragem, a Câmara receberá dinheiro de volta. Mas enquanto não houver decisão não há dívida e por isso não a inventem. Enquanto o Tribunal não decidir que o valor é superior e já não houver hipóteses de recurso, não há dívida. De facto, como disse o senhor deputado António Abelha e bem, andar a intoxicar as pessoas com sessenta milhões de euros de dívida é no mínimo, incorreto. No final vamos ver quem está errado. Estão a colocar expectativas muito baixas na população e quando aparecerem os resultados a situação inverter-se-á.

Continua o Senhor deputado a falar em situações que já estão ultrapassadas. É o caso da empresa que foi criada quando a Câmara era de maioria socialista, para fazer a gestão do Parque Empresarial com a AEP – Associação Empresarial de Portugal. Ao encerrar a empresa tivemos de rescindir com esse parceiro estratégico que apenas queria ganhar dinheiro em Chaves. Se fossem parceiros estratégicos para o desenvolvimento, de caráter nacional como seria a AEP, devia colocar-se ao



lado da Câmara Municipal e de outros municípios do país para promover o desenvolvimento sem querer tirar daqui proveito económico. Mas esta empresa sem investir aqui, queria 20% na venda de cada lote. Se tivéssemos mantido a parceria com ela, não tínhamos autonomia para fazer baixar o preço dos lotes e assim atrair outras empresas.

Falou também na SIMAB quando todos sabem o percurso. Quando em 2002 assumimos a gestão da Autarquia e tendo havido também nesse ano uma alteração no governo, a SIMAB disse que os estudos para os Mercados Abastecedores do País estavam todos mal concebidos, que estavam elaborados com o pressuposto de que a economia iria evoluir e isso não aconteceu, a procura não existiu e certamente não vai existir tão cedo, e recomendou que não fosse construído o Mercado Abastecedor de Chaves. O Executivo nessa altura insistiu na sua construção, com a esperança de obter sucesso no investimento. A SIMAB não concordou, propôs a venda das suas ações à Câmara Municipal e saiu do processo. Todos os Mercados Abastecedores construídos no âmbito dessa rede, com determinada filosofia, não tiveram sucesso, com exceção do de Lisboa e o de Braga, que apesar de pouco, ainda tiveram algum. Esses investimentos não falharam só em Chaves, falharam no País todo. A SIMAB tinha razão. Os estudos estavam mal feitos.

Apesar de tudo em Chaves o investimento foi aproveitado e está a gerar emprego. Estão lá instaladas as empresas “Pastel Nor” e “Prazeres da Terra” que estão a gerar riqueza e estão a promover Chaves, nomeadamente a empresa “Prazeres da Terra” que já foi notícia nacional por mais de uma vez.

No domínio desportivo efetivamente não foram criadas novas estruturas e a cidade desportiva não será feita. O desporto mede-se pelos resultados e no concelho de Chaves talvez nunca se obtivesse tanto sucesso nesta área como se está a verificar agora. Há o “Clube de Karatê do Alto Tâmega” que tem campeões nacionais, há um Clube de Tênis de Mesa, que tem campeões nacionais, e quer um quer o outro tem desportistas nas seleções nacionais. A equipa de juniores do Desportivo de Chaves está na 1.ª Divisão, o Desportivo de Chaves está classificado em 1.º lugar. Não há novas infraestruturas mas há sucesso. Estou mais preocupado em criar condições para as várias modalidades para que haja mais jovens a praticar desporto e não tanto para o futebol profissional. Também o Clube de Golf de Vidago é campeão europeu.

A Unidade de Cuidados Continuados de Chaves já foi aqui referida algumas vezes. Sabemos porque é que fechou e o ideal é que todos possamos contribuir para que volte a abrir. Eu tenho feito esforço nesse sentido, quer junto do Senhor Primeiro Ministro, quer junto do Senhor Ministro da Saúde. Esperemos que isso seja possível quando forem ultrapassados os constrangimentos existentes.

Com o encerramento do Pólo da UTAD em Chaves não acabou o ensino superior. Infelizmente o Senhor Reitor tem uma estratégia redutora, acantonada a Vila Real mas o tempo o julgará. Nem o atual nem os anteriores reitores tiveram visão para Chaves. Não tiveram o entendimento/visão estratégica de que Chaves é a melhor localização para fazer cooperação transfronteiriça, a nível da Península Ibérica, entre universidades do Norte de Portugal, e da Galiza, quer ainda de Castela e Leão. Houve outras universidades, nomeadamente a Universidade do Minho que instalada no “coração” do têxtil de Portugal, desenvolveu licenciaturas, formação, investigação para valorizar o têxtil e hoje existem empresas no Minho, que são líderes mundiais



nesta área graças à investigação desta Universidade. De referir que nos últimos Jogos Olímpicos os atletas de natação vestiram equipamentos feitos em Portugal. A UTAD instalou-se como uma Universidade clássica; arranhou inúmeros cursos e hoje com a população jovem a diminuir, infelizmente, vai fechando parte desses cursos. Há alguns anos implementou o curso de Enologia e hoje produz ciência na área vinícola e tem técnicos reconhecidos a nível mundial mas esqueceu-se de um recurso que no Alto Tâmega é ímpar – a água. Esta região tem o melhor manancial de águas minerais de todo o País, quer em quantidade, quer em diversidade que, para além do aproveitamento como água mineral de mesa, tem aproveitamento termal e podia ter aproveitamento em áreas como a cosmética, a geotermia e outras. Como as universidades têm autonomia própria, o Governo não pode interferir.

Às perguntas que me colocou o Senhor deputado António Abelha e na sequência o que disse o Senhor deputado Nuno Vaz, eu gostava que o Partido Socialista pudesse afirmar nesta Assembleia que, se algum dia for “poder”, vai anular as taxas fixas. Há uns anos atrás a Câmara Municipal de Chaves de gestão socialista, para além do aluguer do contador, cobrava 5 m³ a toda a gente quer consumisse água quer não. Chamava-se de consumos mínimos. No tempo do Eng.º José Sócrates como Ministro do Ambiente e com a responsabilidade pela Defesa do Consumidor, os consumos mínimos acabaram porque foram considerados por ele de imorais. Na altura isso representava para a Câmara Municipal de Chaves uma perda de receita significativa que desequilibrava o sistema de gestão da água. Foi então que, por sugestão minha, se implementou a tarifa de disponibilidade, hoje tarifa fixa. Nessa altura eu era vereador da oposição e não fazia oposição gratuita – era pró-ativo - e dessa forma a Câmara não teve perda de receita. Era contra quando devia ser contra e fundamentava e a favor quando devia ser a favor e fundamentava também.

Afirmar que a tarifa fixa não faz falta quando compramos a água a 70 cêntimos e a vendemos a 55 cêntimos, não é explicável, apesar deste grande aumento de 13,8% no global, entre a tarifa fixa e a tarifa não fixa. Estamos a falar na relação direta compra venda mais os custos com funcionários, custos de exploração e perdas na rede. Se o défice é hoje de um milhão e duzentos mil euros, sem a tarifa fixa subiria para os dois milhões de euros. Isto é inoportável. Para acabar com a tarifa fixa tinha de se aumentar o custo da água para mais de um euro, por m³.

Ao Senhor deputado António Abelha eu respondo que a Câmara não vai privatizar a água. Com a concessão em alta para a criação do sistema multimunicipal das Águas de Trás-os-Montes não houve privatização da água. Quando muito poderemos falar de concessão de exploração. Privatizar nunca.

Em relação à preocupação social o novo tarifário de água da Câmara Municipal de Chaves incorporou uma tarifa social para as famílias de fracos rendimentos. Para isso só necessitam de se dirigir aos serviços da Câmara Municipal e requerer a atribuição da tarifa social, fazendo prova dos requisitos necessários e que constam nos documentos que foram distribuídos. As famílias que passarem a ser taxadas pela tarifa social, em 2014 pagavam por cinco metros cúbicos de água e saneamento 10.32€; em 2015 passam a pagar 5,75€. Tem uma redução de 55%. As famílias carenciadas, com agregados numerosos, que consumirem mais de cinco metros cúbicos/mês, vão usufruir de um benefício ainda maior dado que terão uma redução de 58%. Isto porque para as famílias com tarifa social o primeiro escalão é de quinze



metros cúbicos, não pagam a tarifa fixa e pagam os primeiros quinze metros cúbicos a 55 cêntimos. Isto é verdadeiramente, preocupação social.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – usou novamente da palavra para dizer que não há falta de ética ao fazer intervenções políticas enquanto líder do PS local e intervir na Assembleia Municipal na qualidade de líder do seu Grupo Municipal em momentos diferentes.

“Também é falta de ética quando o Senhor Presidente da Câmara toma posições públicas nos jornais e televisões e depois vem para a Assembleia Municipal também tomar posições. Não consigo perceber porque o Senhor Presidente me acusa de falta de ética, e é uma acusação que considero grave Se há coisas que me orgulho de ter é ética profissional e ética humana.

A Câmara de Chaves pediu no espaço de dois anos vinte e sete milhões de euros mas não lhos emprestaram. Se somar os 7.873.462,63€ do PAEL de 2013, mais o que pediu em 2014, soma vinte sete milhões. Eu nunca afirmei que utilizou este valor. Afirmei apenas que foi pedido este valor.

Também gostaríamos de saber quantas famílias carências e quantas famílias numerosas já beneficiaram da tarifa social para percebermos quem é que pode aceder e quais são as condições de acesso, nomeadamente o rendimento que tem de ter para beneficiar da tarifa social”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões colocadas dizendo que não se devem distorcer as coisas.

O PAEL, no valor de 7.873.462,63€ foi autorizado por esta Assembleia Municipal no dia 24 de setembro de 2012. O que foi dito pelo PS em conferência de imprensa, e cito foi: a dívida da Autarquia ronda os sessenta milhões de euros, tendo recorrido à banca a pedir vinte e sete milhões de euros para pagar despesas correntes e não de investimento (fonte Agência Lusa). Esta Assembleia Municipal está a julgar o Executivo neste mandato e o que fomos buscar à banca foram treze milhões de euros. Não foram nem dezanove, nem vinte e sete, foram treze. Para sermos rigorosos e para informar devidamente/claramente os nossos cidadãos temos de dizer a verdade. Quando o PS deu a conferência de imprensa em dezembro, no dia anterior à reunião da Assembleia Municipal já sabia a verdade porque já estava em posse dos documentos agendados para a reunião e a Câmara Municipal tinha aprovado a redução para treze milhões de euros. Não faz qualquer sentido dizer na comunicação social que foram pedidos vinte e sete milhões de euros, quando na realidade foram pedidos treze milhões. Este é o mandato que está a ser julgado pela Assembleia Municipal porque os anteriores já foram julgados pelo voto do povo; esperamos serenamente para voltar a ser julgados em 2017.

Quando referi a falta de ética foi pela manipulação dos números que foi feita. Por outro lado deixo para reflexão o sentido que faz convocar uma conferência de imprensa para o dia anterior à reunião da Assembleia Municipal onde são referidos assuntos que vão ser discutidos no dia seguinte. Se o Presidente da Câmara em vez de responder às questões na reunião da Assembleia o fizer a seguir numa conferência de imprensa certamente o PS também achará esse comportamento apropriado.

Entrou-se no “Período da Ordem do Dia”.



A ata número sete referente à sessão ordinária realizada no dia 17 de dezembro de 2014 foi posta à discussão, dispensando-se a sua leitura, em virtude de ter sido distribuída a todos os Senhores deputados.

O *Senhor deputado Anselmo José Martins* fez alguns reparos a intervenções suas. Foram corrigidos

O *Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro* pediu que se fizessem duas correções em intervenções que fez. Foram feitas. Em seguida sugeriu que no início de cada ata se fizesse menção ao número de elementos presentes e aos ausentes para se confirmar o quórum.

Posta à votação foi aprovada por unanimidade.

PONTO 1. – INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL.

1 – Situação Económica/Financeira – Documento anexo

2 – Obras em Curso - Documento anexo

3 – Outras Atividades Relevantes - Documento em anexo.

Outras Informações:

Intervieram os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – perguntou se a visita do Senhor Embaixador de França a Chaves, foi de cariz institucional ou se também permitiu o acompanhamento quer de empresários franceses, quer de empresários locais e se em resultado desta visita houve a identificação de algumas áreas de negócio que possam vir a ser exploradas no futuro.

Gostaríamos de saber o custo da participação do Município de Chaves na FITUR de Madrid no passado dia 9 de janeiro e se existe alguma expectativa de retorno pela participação nesta feira internacional.

Também gostaria de saber se a participação na conferência “Novo Norte 2020” permitiu identificar, com mais rigor, com mais pormenor, algumas áreas, alguns projetos e algumas iniciativas que terão mérito para poderem ser financiados pelos fundos comunitários.

A Informação Financeira traduz uma diferença substancial entre a receita liquidada e a comprometida (mais de catorze milhões de euros). É certo que estamos só em fevereiro, mas receio que a questão do desequilíbrio orçamental se possa manter no futuro.

No memorando que o Senhor Presidente da Câmara enviou ao Senhor Ministro estão retratadas questões muito importantes como a Unidade Local de Saúde, a Unidade de Cuidados Continuados, a Escola de Enfermagem. Pergunto se existe alguma data ou algum feedback, mesmo que informal, relativamente a estas questões. Sei que reuniu esta semana com o Senhor Primeiro Ministro e se há já alguma resposta positiva, relativamente a estes dossiês.

No quadro sinótico das empreitadas não vejo qual a necessidade de continuarem aqui empreitadas que já estão concluídas há um ano ou até mais. Neste quadro deviam constar apenas as que estão em execução e entre estas há algumas que nos preocupam porque a data da consignação já aconteceu há muito tempo e o prazo da sua conclusão já decorreu, mas não se encontram concluídas. Gostávamos de saber se existe algum atraso ou não, nas duas empreitadas de Vidago; se existe algum atraso na obra da Fundação/Museu Nadir Afonso, ou se estará para breve a sua



conclusão; se a ratificação do Mercado do gado, obra consignada em 2011, é para concluir ou não; a mesma coisa sobre a rede de drenagem de Vilarelho da Raia e Vila Meã.

Agradecemos o envio da relação do contencioso do Município de Chaves, onde estão identificados todos os processos que estão em Tribunal, mas faria algum sentido que também pudéssemos ter acesso ao valor do pedido, para sabermos qual o valor do montante que está a ser discutido.

No memorandum sobre a evolução das tarifas de água e saneamento, em alta e em baixa, é curioso que na baixa se refiram dois municípios. O de Montalegre e o de Vila Real. Montalegre talvez porque eu trabalho lá e Vila Real porque foi referido que neste momento tem uma tendência de descida das tarifas enquanto nós temos uma tendência de subida.

Relativamente à evolução das tarifas em alta são feitas algumas considerações e gostaria de saber se os dados que estão invocados são sustentáveis. Se assim é entendo que o contencioso que está em Tribunal certamente virá a ser ganho sem qualquer dificuldade porque este posicionamento/entendimento que está aqui vertido vai no sentido de que as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro fizeram uma interpretação incorreta quer do contrato de concessão, quer dos contratos de fornecimento de água e de saneamento. Um dos problemas que está aqui referenciado é o diferencial entre aquilo que era o devido pelas Águas de Trás-os-Montes e aquilo que o Município de Chaves iria pagar, de 3.418.000,00€. Perguntamos porque se deixaram acumular dezoito milhões? Teriam poupado centenas ou milhares de euros de juros de mora.

Nós temos dito que muita da sobrefaturação no saneamento tem a ver com a não realização de investimentos fundamentais por parte da Câmara Municipal. O memorando diz que o problema da sobrefaturação podia ter sido resolvido com a instalação descarregadores de tempestade nos emissários, parecendo esta a solução tecnicamente mais adequada. Se esta é a solução pergunto porque é que não foi concretizada? Se a solução está identificada não teríamos porque pagar milhares de euros de sobrefaturação no tratamento de águas residuais.

Também neste memorando é feita a consideração que leio: «se atendermos ao valor da faturação devida pelos serviços prestados, valor das faturas já pagas, constata-se que o valor da dívida se deve, em grande parte a encargos gerados pela própria dívida». Pergunto qual é a dívida? Se não diz o valor da dívida como é que se sabe que está paga? Como se pode extrair esta conclusão se não estão explicitados os seus pressupostos? Não sabendo o valor da dívida, não sabendo que juros foram gerados como poderemos saber que o diferencial podia suportar esse aumento da dívida? Como sabemos que esta sobrefaturação daria para compensar os juros se não sabemos nem um valor nem o outro? Faltam aqui pressupostos.

Estão aqui identificadas as infraestruturas de abastecimento de água e as de águas residuais. O investimento em abastecimento de água no valor de 1.261.043€ é manifestamente pequeno. O investimento de doze milhões de euros em águas residuais é manifestamente maior e se o investimento na rede de abastecimento de água fosse o mesmo certamente as perdas de água não seriam tão elevadas.

Agradecemos a comparação que está nestes quadros mas era importante conhecermos o consumo médio por pessoa e por mês para percebermos se o



conjunto da população se insere no primeiro ou no segundo escalão. Quantas faturas são passadas abaixo dos 5 m³ para percebermos se na prática o aumento que foi feito nas tarifas foi só de cerca de 13,8%, ou se será superior. Se assim não for estamos a comparar o escalão de 0 a 5 m³ que pode aplicar-se a um universo muito restrito da população. Também queremos perceber se a comparação que é feita, com o concelho vizinho de Montalegre, e com o de Vila Real quer na água, quer no saneamento, está bem ou mal feito. Fui ver a informação estatística da PORDATA e o consumo médio, per capita, em 2011, era de 5.1, o que significa que muito poucas vezes se aplica o tarifário dos 0 aos 5 m³. Comparar no primeiro escalão, incluindo a tarifa fixa, a verdade é que o Município de Chaves aparece aqui bem colocado mas se formos para o escalão de 6 aos 12 m³, que provavelmente é aquele tem mais consumidores, Montalegre ganha aos pontos.

Gostaríamos de saber o tarifário social a quantas famílias se aplicou no Concelho de Chaves, no último ano, e também que rendimento tem de ter uma família composta por três pessoas, para beneficiar do tarifário social.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que foram colocadas. Sem querer entrar em polémica porque a ata já está devidamente aprovada, vou ler o que diz a ata da última sessão deste Órgão, na página cinco em declarações do Senhor deputado Nuno Vaz: «em pouco mais de um ano teve de recorrer à banca para pedir vinte e sete milhões de euros». Há pouco referiu que na conferência de Imprensa se esqueceu de dizer que eram dois anos. Mas se fizer as contas – 26 de setembro de 2012, para dezembro de 2014 – são mais de dois anos e não pouco mais de um ano e se somarmos o valor de treze mais sete dá um total de vinte e não vinte e sete. Como disse o Senhor deputado António Abelha, para que os políticos possam ser levados a sério, têm de falar sério, tem de ajudar a construir e não utilizar apenas demagogia para tentar iludir as pessoas de que o que está a ser feito é tudo mau.

O Senhor Embaixador de França veio a Chaves sozinho, a pedido do Executivo, para que possa ter melhor conhecimento do Concelho de Chaves porque como sabem, hoje as embaixadas também exercem diplomacia económica. Entregamos-lhe um dossiê para que se houver empresas francesas que queiram investir em Portugal o nosso Concelho possa ser uma opção de escolha.

Não foi a Câmara Municipal de Chaves que participou na FITUR mas sim a AECT-Euro Cidade Chaves Verin e todos os custos foram suportados pela Deputación Provincial de Orense.

O Seminário “Norte 2020” foi realizado em Chaves porque para a CCDRN identifica o Concelho de Chaves como tendo sido um concelho exemplo na aplicação dos fundos comunitários do Quadro Comunitário de Apoio que está a terminar. Daí terem trazido os técnicos para verificar a boa execução das obras em Chaves, o mérito e a mais-valia das mesmas. O seminário foi realizado na Vila de Vidago para todo o norte de Portugal. Nesse colóquio não foi identificado nenhum projeto em particular dado que ele não era dirigido particularmente a Chaves, mas sim a toda a região norte.

A execução orçamental em fevereiro ainda não deve merecer grande preocupação. Sobre a reunião com o Senhor Primeiro – Ministro tive a preocupação de distribuir um dossiê para que percebam a quantidade de comunicações que ao longo do tempo têm sido feitas. Não é só nas audiências que colocamos as questões. Tem havido



pressão apesar de o sucesso ainda não ter sido grande mas tenho expetativas que possamos ser contemplados até ao fim do mandato deste governo, nomeadamente quanto à possível criação da Escola Superior de Saúde, a eventual criação da Unidade Local de Saúde e transferência de património.

O facto do mapa das empreitadas ter informação sobre obras que já terminaram não me parece que atrapalhe. Já foi solicitado aos serviços para as retirar.

Sobre o contencioso que está em Tribunal o Senhor deputado pede que seja colocado o valor das ações. Ora o valor das ações só servia para atrapalhar a análise porque podiam ser somadas situações que não são para somar. Qualquer pessoa pode colar uma ação contra a Autarquia pedindo milhões de euros e o resultado final ser de zero.

No memorando sobre a evolução do tarifário de água a Câmara Municipal de Montalegre é mencionada porque o Senhor deputado Nuno Vaz disse que não sabia o que era a tarifa fixa. Sendo o Senhor deputado o Diretor de Departamento de Administração Geral que tutela a área jurídica desse município (peço desculpa por fazer esta referência) que tem no seu regulamento de distribuição de água, uma tarifa fixa de quatro euros, parece estranho desconhecer o que é a tarifa fixa. Apesar do extraordinário aumento que a Câmara de Chaves fez na tarifa fixa de água, esta fixou-se em três euros, menos um euro do que o praticado pelo Município vizinho de Montalegre. A diferença que poderá verificar-se é em relação ao índice do poder de compra. Os estudos existentes nesta matéria demonstram que nos municípios do Alto Trás-os-Montes, Chaves tem um índice de poder de compra francamente superior a Montalegre, o que significa que poderíamos ter tarifas superiores. Apesar de Vila Real ter descido 8% e Chaves ter subido 13,8%, continuamos a praticar tarifas inferiores às praticadas no Município de Vila Real; a tarifa fixa em Chaves é de três euros, em Vila Real é superior a quatro euros (4,1308€), o que significa que a tarifa em Chaves estava baixa. Provavelmente deveria ter sido feito o ajustamento em anos anteriores, mas isso não invalida que não tenha de se fazer agora. Este ajustamento foi feito para que no futuro não haja necessidade de promover grandes aumentos, à exceção da atualização de acordo com a taxa de inflação anual, que é normal.

Se a empresa Águas de Trás-os-Montes, conforme prometeu, tivesse feito evoluir o seu sistema tarifário de acordo com a taxa de inflação, quando esta Assembleia Municipal em 2001 aprovou a proposta da Câmara de adesão ao sistema multimunicipal, hoje o valor das tarifas seria bem menor.

O Senhor deputado Nuno Vaz perguntou porque é que isto evolui desta forma? Foi tão-somente porque as Águas de Portugal detém 51% do capital e fazem aumentar as tarifas contra a vontade das câmaras que votam sempre contra. Foi isto o que foi aprovado por esta Assembleia Municipal em 2001, com os votos a favor do Partido Socialista e com os votos contra do PSD e da CDU. No contencioso com as Águas de Trás-os-Montes está em litígio a evolução tarifária, com a qual não concordamos. No tempo da Senhora Ministra Dulce Pássaro, houve um acordo para aplicação de uma tarifa FETA mas as Águas de Trás-os-Montes nunca a aceitaram e continuam a promover o aumento das tarifas.

No tratamento das águas residuais temos uma tarifa que é o dobro relativamente à mais baixa do país e eu pergunto: construir uma ETAR em Chaves fica mais caro de que construir uma ETAR nas águas de Santo André? Não. Os custos salariais em



Chaves são maiores do que no resto do país? Não. A energia elétrica é mais cara do que no resto do País? Não. Os reagentes químicos são mais caros do que no resto do País? Não. A carga orgânica que entra para a ETAR é maior do que no resto do País? Não. Tem componentes industriais? Não. Então porque é que o custo do tratamento por metro cúbico é mais caro em Chaves? Não dá para entender.

Sabemos que a maior parte do efluente que chega à ETAR podia realmente ser desviado para o rio Tâmega porque o índice de carga orgânica que transporta permitia fazer descarga direta no rio. Não o fazemos porque não somos nós que estamos a gerir a ETAR. Em Vila Real as Águas de Trás-os-Montes instalaram o descarregador logo à entrada da ETAR para descarregar para a linha de água o efluente que pode ser descarregado, nomeadamente as águas pluviais. Há uns anos atrás uma Câmara Municipal construiu o emissário do Rivelas no leito do ribeiro e certamente que também transporta água deste afluente para a ETAR, aumentando a carga a tratar. Poderão dizer que podia ter-se corrigido, mas a verdade é que se tivéssemos investido na remodelação da rede de água, na remodelação dos emissários que recebem águas pluviais, na construção dos descarregadores antes da ETAR, na construção de um Pavilhão Gimnodesportivo novo, na construção de um Pavilhão Multiusos e outros, a dívida não seria aquela que o Partido Socialista teima em dizer, mas seria muito superior àquela na é na realidade. Não podemos estar constantemente a criticar a dívida e estar constantemente também a dizer que não se fizeram todos os investimentos.

O Senhor deputado Nuno Vaz disse que consultou as estatísticas e verificou que o consumo médio a nível nacional é de 5,1 m³ por família ou seja, o segundo escalão. A verdade é que este consumo não cai no segundo escalão porque quem consumir seis metros cúbicos paga cinco metros no primeiro escalão e um no segundo. Assim é que é. Em Chaves mais ou menos um ¼ dos consumidores consome de 0 a 5 m³. A maioria dos consumidores está no segundo escalão – de 6 a 15 m³. É muito residual o número de pessoas que consomem mais de 15 m³. Isto significa que se formos comparar os valores de Chaves com o concelho de referência as pessoas pagam menos, apesar do aumento. É que uma casa fechada em Chaves paga menos do que uma casa fechada em Montalegre ou em Vila Real porque a nossa tarifa fixa é mais baixa. Mas esse custo fixo é importante para ajudar a sustentar o sistema. Também podemos fazer outra comparação: a Câmara Municipal de Montalegre consome zero m³ das Águas de Trás-os-Montes, logo em alta não paga nada, mas a Câmara Municipal de Chaves paga 70 centimos/m³ em alta à mencionada empresa.

Estamos a falar de água e de famílias carenciadas e na página 57 da ata que hoje foi aprovada, numa minha intervenção de esclarecimento, consta o seguinte: «Senhores membros desta Assembleia Municipal, se tiverem algum argumento juridicamente válido, para que os Senhores Presidentes de Junta possam continuar a fazer a gestão de água, serei o primeiro a subscrevê-lo». Quando esse argumento surgiu, através da Entidade Reguladora, subscrevi-o de imediato.

Senhores Presidentes de Junta de freguesias das localidades em que é a Câmara a fazer a distribuição de água, avisem as populações das vossas aldeias que a Câmara Municipal de Chaves tem tarifa social e todos aqueles com rendimentos 1,5% abaixo do salário mínimo nacional/per capita/por família, podem candidatar-se à tarifa social;



um agregado familiar de quatro pessoas que apenas receba o salário correspondente ao salário mínimo tem direito à tarifa social. É só irem aos Serviços de águas da Câmara Municipal e requerer esse benefício.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – apresentou o seguinte protesto: protesto porque o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal não permitiu que eu pudesse exercer o direito de resposta sobre um assunto que foi introduzido pelo Senhor Presidente da Câmara relativamente a um momento anterior à discussão do período antes da ordem do dia, que foi a questão da gestão de água das freguesias”.

PONTO 2 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS PARA FREQUENCIA DE ESTUDOS DO ENSINO SUPERIOR. PROPOSTA Nº. 129/GAP/2014 – Para conhecimento.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que quando fez a leitura deste ponto pensou que vinha para deliberação da Assembleia Municipal.

“Não vindo para deliberação da Assembleia Municipal, não percebo a razão pela qual este assunto vem para conhecimento. Isto porque se a competência é da Câmara, foi exercida, está cumprida. Se eventualmente tem a ver com o grau de cumprimento ou incumprimento do regulamento municipal, cuja competência de aprovação é da Assembleia Municipal e se querem que esta se pronuncie, então deve ser suscitada esta questão”.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** informou que o assunto vem a este Órgão porque tendo sido deliberado, como exceção, o aumento de mais estas três bolsas de estudo, foi entendido que a Assembleia devia ter conhecimento desta exceção.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS pediu de novo a palavra para fazer uma declaração de voto: “O Grupo do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Chaves vem, relativamente ao ponto dois da ordem do dia da reunião ordinária “Atribuição de apoios financeiros para estudos do ensino superior. Proposta n.º 129/GAP/2014 – Para conhecimento”, realizada no dia 2 de fevereiro de 2015, apresentar a seguinte declaração: 1. O Partido Socialista entende que a instrução dos processos a que se reporta a aludida proposta é deficiente, porquanto não contém suficiente informação relativa à situação económica e financeira dos agregados familiares dos interessados e não é explicitado o percurso escolar dos mesmos, em particular o desempenho escolar do período com relevância para a concessão de apoio financeiro. 2. A informação disponibilizada não é clara e esclarecedora quanto às consequências jurídicas e financeiras decorrentes da desconformidade dos pedidos de apoio financeiro com o regulamento municipal aplicável. 3. A instrução é ainda deficiente porque nada refere quanto à existência de situações análogas àqueles que foram objeto de apreciação na proposta n.º 129/GAP/2014, podendo, assim, ser suscitada a questão da violação do princípio da igualdade e da transparência. 4. Se, comprovadamente, a situação económica e financeira dos respetivos agregados familiares dos interessados for impeditiva da continuação dos estudos por parte destes, dever-se-ia, por razões de igualdade e transparência, ponderar reavaliar o respetivo regulamento municipal de modo a incluir estas situações e todas as análogas. 5. O itinerário decisório deveria ter sido o inverso, pois primeiro dever-se-ia alterar o regulamento municipal e só depois proceder à apreciação e deliberação dos pedidos de apoio financeiro em questão, assim não acontecendo pode ser suscitada a ilegalidade de tal deliberação”.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 3 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL, DE PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 3.894,00M2, LOCALIZADA NO LARGO DO TABULADO,



FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, CONCELHO DE CHAVES, PARA A IMPLEMENTAÇÃO/CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO DE PISCINAS LÚDICAS, NO ÂMBITO DO PROJETO “PALÁCIO DA ÁGUA” – PROPOSTA 7/GAP/15.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da proposta.

Foi entendido pela Câmara Municipal que seria útil haver em Chaves um equipamento lúdico que pode atrair turismo, traduzido na implementação/construção de um conjunto de piscinas, no âmbito do equipamento denominado “Palácio da Água”, havendo particulares interessados em fazer este tipo de investimento. A construção partirá de tanques ao ar livre com água normal, aquecida por energia geotérmica. Daí a localização neste local uma vez que em Portugal a água mineral para banhos, só pode ser utilizada no contexto da saúde, logo, só pode ser utilizada em Balneários Termiais, devidamente licenciados.

A desafetação da parcela de terreno, do domínio público para o domínio privado, permitirá, posteriormente, ao município abrir concurso a empresários que possam construir estas piscinas lúdicas, em direito de superfície. Desta forma entendemos que vamos potenciar a atratividade turística em Chaves.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – disse que consultou atas da antiga Assembleia Nacional e da atual Assembleia da República e que os “apartes” foram sempre legítimos e estão registados. Disse que tem feito parte da Assembleia Municipal há já bastantes anos e nunca foi mal-educado com ninguém. Não há ninguém que diga que é mal-educado. Não aceita que lhe chamem mal-educado.

Tenho feito “apartes” e continuarei a fazê-los e admito que o Senhor Presidente não me chamou mal-educado com intenção, tanto mais que sei que o Senhor Presidente da Câmara tem consideração por mim, como eu tenho pelo Senhor.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA pediu autorização à mesa para responder ao Senhor deputado Anselmo Martins e disse:

Não evoquei o nome do Senhor deputado Anselmo e nem outro qualquer. Disse que levantei a voz para falar mais alto, para corrigir alguma má educação da parte da bancada do Partido Socialista. Se o Senhor deputado se sentiu atingido é porque entendeu que não foi só o “aparte”. É o haver sempre alguém a tentar limitar a ação e o raciocínio de quem está a falar. Constantes interrupções não são boas para quem está a desenvolver um raciocínio. O senhor é professor e sabe que quando está a explicar, se os alunos estão constantemente a interromper, para além de perturbar a sua aula e o seu raciocínio, não estão a ajudar os colegas. Aqui não é uma sala de aulas mas quem está a orar e é sistematicamente interrompido, tem dificuldades em manter a linha de raciocínio que pretende. No decorrer de uma intervenção, de vez em quando vir um “aparte” é uma coisa, estar constantemente a interromper é outra bem diferente. Foi a isso que eu chamei má educação.

Em relação à consideração, naturalmente é mútua.

ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS – sobre o assunto em discussão disse que mais vale tarde do que nunca.

Isto que o Senhor Presidente da Câmara pretende executar eu chamar-lhe-ia uma parceria público-privada e certamente será essa figura que nos permitirá vir a ter este equipamento que desejamos para a cidade de Chaves. Umas piscinas municipais de qualidade, localizadas no centro urbano.

Em relação à proposta em concreto tem prós e contras e pesando os prós e os contras, o Grupo Municipal do Partido Socialista decidiu abster-se na votação desta proposta. Os contras foram levantados pelos nossos vereadores na Câmara Municipal, embora alguns sejam prós e contra em simultâneo. A localização para mim é um pró e é um contra. No meu entender está bem localizado junto ao Balneário Termal; tapando-nos a visão do rio será um inconveniente. Para além disso a volumetria para aquele espaço não será ideal, mas será a possível. Para



além disso, face à situação financeira da Câmara, desafetar aquela parcela do domínio público para o domínio privado da Autarquia evita que esta gaste dinheiro na aquisição de terrenos para implantação desse equipamento.

Perante o exposto solicitamos que a engenharia atue no sentido de minimizar os efeitos do facto de esse equipamento ficar numa zona de cheias e que o projeto de arquitetura diminua o máximo possível o impacto visual que irá produzir naquela zona.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que na altura em que havia dinheiro foram apresentados projetos para piscinas olímpicas, com 50 m, que ninguém percebeu muito bem para que serviram em vez terem sido feitas obras de recuperação nas atuais piscinas cobertas. Disse que CDU na altura em que esse projeto foi apresentado se manifestou e foi acusada de miserabilista. Temos também as piscinas do rebentão e o tempo demonstra que a escolha da localização não foi feliz e certamente na altura ninguém se apercebeu disso.

Sobre esta proposta eu tenho algumas dúvidas de que nesta altura seja necessário fazer os dois tanques. A CDU veria com melhores olhos uma proposta mais simples, mais exequível porque estamos longe de ter a certeza que todo este projeto seja dê resultado e se não pode ser mais um elefante branco. Algumas correntes de opinião entendem que a função das autarquias não se limita à água, saneamento e arruamentos mas a verdade é que teria sido bom que as autarquias, nomeadamente a nossa, tivesse investido na distribuição de água em baixa, em arruamentos e noutras coisas básicas que ficaram por fazer.

Não sei se este projeto vai ser concretizado ou se não será mais um projeto que, em nome de captar fundos, vai ser exagerada em relação às nossas necessidades imediatas. Esta no fundo, segundo entendi, depois de grandes obras, quase todas sobredimensionadas ao projeto real do País, é a grande obra que esta autarquia se propõe fazer, para além do Museu Nadir Afonso. Temos dúvidas que o adequado seja isto. É evidente que é delicado vir dizer que não queremos duas piscinas de vinte e cinco metros, uma para competição e outra destinada às escolas e à recuperação. Não sei se os tempos atuais permitem ir por esse caminho e se será o mais adequado.

ANTÓNIO MANUEL PIRES ALMEIDA do PS – cumprimentou os presentes e disse que este assunto lhe parece demasiado sério. É um caminho que já deu alguns passos e está aqui para formalizar a sua parte final.

Não sei se a minha opinião sobre este assunto será comungada pela bancada do Partido Socialista. Entendo que o “Palácio da Água” é excessivo para a zona onde se pretende implementar este projeto. A fase da construção dos tanques é uma parte do projeto global e penso que ninguém tem a noção da dimensão da volumetria desta obra e dos inconvenientes que daí vão resultar. Será que todos nós já pensamos naquilo que na realidade queremos para a zona das Caldas de Chaves? Queremos uma estância termal de repouso ou queremos uma atividade lúdica com animação? Essa opção tem de ser tomada e estamos na altura de o poder fazer. Entendo que a localização das piscinas municipais naquele local está errada porque colide com o interesse da área termal que pretendemos seja a nossa galinha de ovos de ouro.

Houve sempre a ideia da construção do Palácio da Água. Em meu entender este projeto deveria ser construído noutra zona e com outro conhecimento dos recursos que estarão, ou não, à nossa disposição. Também temos necessidade de quantificar os recursos geotérmicos e essa quantificação não está feita. Havia estudos a decorrer quer junto da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, quer junto do Instituto Superior Técnico para fazer prospeções junto ao fruteiro, na quebra do rio Tâmega em Outeiro Jusão, a fim de avaliar o recurso geotérmico e potencial de água mineral nessa zona para salvaguardar o conhecimento dos furos em atividade termal e para que não houvesse colisão entre a aplicação terapêutica e a lúdica. Penso que isso nunca foi feito e era importante saber.



Sou pessoalmente contra a implantação deste investimento naquele local. Temos hoje uma localização que em minha opinião é mais favorável e que é o antigo matadouro municipal o qual tem condições para instalar todo o complexo do Pavilhão da Água, incluindo as piscinas.

ANA MARIA RODRIGUES COELHO do PSD – cumprimentou os presentes e disse que a construção do novo complexo de piscinas desportivas em Chaves é uma pretensão antiga, quer da população flaviense, quer das diversas forças políticas do concelho. É unanimemente reconhecido que o atual complexo datado do início da década de oitenta carece de renovação e não está à altura das necessidades do concelho e da reputação de cidade termal que Chaves usufrui, a nível nacional.

Início a minha intervenção felicitando o executivo por apostar neste projeto do “Palácio da Água” como um investimento prioritário estruturante para o município e para a região do Alto Tâmega, enquadrando-o na estratégia da Comunidade Intermunicipal e dando-lhe prioridade no âmbito do novo ciclo de programação dos fundos comunitários. Este projeto torna-se tão mais interessante, em minha opinião, na medida em que se associa a vertente desportiva à vertente lúdica e recreativa da água. Se é um facto que a cidade carece de infraestruturas desportivas a este nível, não é menos verdade que a estratégia de uma região que tende assentar o seu desenvolvimento na água e particularmente no turismo termal, tem de fazer uma aposta clara em equipamentos lúdicos, acessíveis ao visitante comum que vem a Chaves e passa aqui um ou dois dias, e agucem o apetite para o termalismo terapêutico e de bem-estar, convidando a experiências e estadias mais prolongadas e mais completas. Da mesma forma que não é possível fazer omeletes sem ovos, também não me parece possível construir este tipo de infraestruturas sem os terrenos que elas têm de ocupar.

A escolha do local certamente não será consensual e poderá ser questionada como de facto está a ser, mas basta refletir um pouco para entender a vantagem do aproveitamento do complexo já existente. A poupança de se associar o equipamento lúdico ao equipamento desportivo e a possibilidade de aproveitamento geotérmico da água que já existe no atual complexo, nomeadamente ao nível dos sistemas de aquecimento, como já acontece nas piscinas atuais. Além de todos estes fatores e apesar de a volumetria poder, de facto, criar algum impacto visual, pelo menos numa fase inicial, importa realçar a localização estratégica do investimento, numa das zonas mais visitadas da cidade e na proximidade das termas, reforçando assim a imagem de cidade termal nas suas diferentes vertentes – saúde, bem-estar e diversão. Sou de opinião que hoje se associa muito Chaves a Termas de Saúde, Termas de pessoas idosas, Termas de pessoas com problemas e damos muitas vezes o exemplo de Orense que não tem termas terapêuticas mas sim termas de bem-estar, e quem já experimentou achou o máximo.

O enquadramento num espaço natural de excelência irá sem dúvida reforçar a atratividade deste equipamento sem que seja posta em causa a dimensão e a qualidade da área verde em que está inserido que é por todos sobejamente conhecida como sendo grande e certamente vai convidar à visita, à experiência e à estadia em Chaves. Gostaríamos que esta infraestrutura já estivesse concretizada, mas mais vale tarde do que nunca e para que isso aconteça é necessário o voto positivo de todos para a desafetação desta parcela de terreno, necessária ao projeto. O Partido Social Democrata votará favoravelmente a proposta.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Não se tratará de nenhuma parceria público-privada dado que será um investimento cem por cento privado e não estamos a falar das piscinas municipais.

A planta que foi entregue contempla duas situações que é o que está a ser projetado para aquele espaço. Uma refere-se a um estudo preliminar de ocupação do espaço em que está em causa, para o passar do domínio público para o domínio municipal, para implantação de uns tanques lúdicos, parecidos com os que existem em Orense. São tanques só para bem-estar e dos quais se pode desfrutar mesmo no inverno, porque a água estará quente. Deverá



ter um pequeno espaço coberto para as pessoas que não queiram estar ao ar livre. Estamos a falar de um equipamento lúdico que irá criar emprego e atratividade e que, em nossa opinião, irá complementar a oferta existente do Balneário Termal. Não estão em causa as piscinas municipais, as quais serão remodeladas completamente, numa segunda fase. É um equipamento novo a ser desenvolvido cem por cento por capital privado, durante o tempo que durar o direito de superfície, findo o qual o património será todo da Câmara Municipal. Um pouco à semelhança da situação do Forte de S. Francisco onde foi construído um excelente hotel com capital cem por cento privado e que hoje reconhecemos como um bom investimento. A concessão do direito de superfície na devida altura virá à aprovação da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador António Almeida falou no Palácio da Água, mas não é isso que aqui está em causa. O projeto global que está a ser desenvolvido pelo Gabinete de Projetos da Câmara Municipal tem três vertentes - estas piscinas lúdicas, as piscinas municipais e o museu da água. Tudo isto em conjunto é que irá constituir aquilo que designamos por “Palácio da Água” assim designado por motivos de atratividade e também porque o novo quadro comunitário de apoio não financia infraestruturas desportivas. Sendo o “Palácio da Água” constituído por infraestruturas lúdicas pode ser que haja aqui alguma janela de oportunidade para obtenção de fundos estruturais e é isso que pretendemos. Concordo com o Senhor deputado quando diz que aquela zona devia ser de lazer/relaxamento, mas isso resolve-se tirando dali a circulação automóvel. A verdade é que a restauração não está recetiva a que se tire a circulação automóvel daquela zona e sobre isso entendo que há um excessivo nível de motorização de toda aquela envolvente. Já foi sugerido aos proprietários dos bares e restaurantes que no período de verão, entre as vinte e as três/quatro horas da manhã, não houvesse circulação automóvel, partindo deles essa iniciativa, mas a verdade é que não o fazem.

Concordo que numa primeira fase a volumetria deste equipamento possa gerar algum impacto e até poderia ter outra localização mas os recursos geotérmicos estão aqui. Quando no passado a Câmara Municipal quis construir umas piscinas olímpicas, na localização que todos sabem, com as críticas de que eram excessivas, a verdade é que não foram feitas porque o então designado Instituto de Desporto nunca aprovou o projeto. Por outro lado também não obtivemos a aprovação do Ministério do Ambiente por ser zona adjacente e não foi criada exceção para que aquele projeto pudesse ser concretizado. Também não me parece que o antigo matadouro seja uma localização atrativa para implantar as novas piscinas.

A localização destas piscinas lúdicas no local em discussão tem como suporte o facto de a hotelaria e a restauração estarem muito concentradas na envolvente da zona termal e são eles os maiores beneficiários. As pessoas saem do Hotel e têm perto os serviços que desejam usufruir, sem necessidade de utilizar viaturas.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 64 votos a favor, 12 abstenções e 1 voto contra do PS. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O **Senhor deputado António Manuel Pires de Almeida** apresentou a seguinte declaração de voto:” votei contra a desafetação do domínio público da parcela de 3.894 m2 para o domínio privado do Município de Chaves, por entender que esta desafetação irá viabilizar o “Palácio da Água” numa localização geográfica que, em meu entender, é inadequada. A requalificação das piscinas municipais, a construção dos tanques lúdicos e a construção do museu termal vão naturalmente ter um impacto visual muito negativo, uma volumetria de construção exagerada e uma cénica desproporcionada.

Entendo que aquele local deverá ficar reservado como zona verde para fruição dos utentes das Caldas de Chaves e da população do concelho. Para a implantação do “Palácio da Água” sugiro os terrenos do antigo matadouro municipal ou os terrenos da antiga ETAR de Chaves”.



PONTO 4 - PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL – MONITORIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO 4º TRIMESTRE DE 2014. INFORMAÇÃO 5/DGF/2015. Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 5 – CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO/ RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS. INFORMAÇÃO N.º04/DGF/2015.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que há necessidade de, pontualmente, resolver situações de tesouraria.

Como sabem um empréstimo de curto prazo tem de estar completamente liquidado até 31 de dezembro do ano em que é pedido. Este empréstimo destina-se ao pagamento de faturas pontuais, com valor diferente do previsto. É o caso, por exemplo, da iluminação pública que por vezes vem com valor acima do esperado. Para além disso temos encargos financeiros à Direção Geral do Tesouro e outros e em determinados meses pode não haver encaixe de tesouraria para resolver de imediato. O spread que nos foi concedido é muito bom e peço a aprovação da proposta, uma vez que este empréstimo tem muita importância para uma boa gestão corrente da autarquia.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que este pedido se refere a um empréstimo de curto prazo que, por natureza, tem de ser saldado no ano em que é contratualizado.

Este empréstimo tem encargos e eu pergunto se não seria suficiente para o Município de Chaves ter de assumir no ano de 2015, juros e encargos de 1.783.946,45€? Mas se lhe somar-mos os 187mil euros de juros do MARC, então no ano de 2015 o município terá de suportar com juros e encargos 1.972.652.99€. O Município de Chaves faria muita coisa com cerca de dois milhões de euros?

Eu não venho aqui para saber se o spread é alto ou se é baixo. Isso não é muito importante. Surpreende-me é que a Câmara Municipal de Chaves tenha necessidade de arranjar um instrumento de apoio à sua tesouraria quando, no espaço de menos de dois anos tenha de ter pedido, embora não o tenha utilizado, cerca de vinte e sete milhões de euros, para pagar faturas e se ainda há pouco tempo recorreu ao saneamento financeiro, já vai ter necessidade de apoio à tesouraria em mais um milhão de euros? Penso que é preciso encontrar outras formas de gestão e não aquelas que façam aumentar o custo que o município vai incorrer.

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que, no reforço do que já disse em intervenções anteriores, a CDU não é rígida com a noção de dívida, porque é normal que as famílias, os cidadãos as autarquias, os estados se possam endividar para honrar os seus compromissos. O importante é perceber a que se destina o endividamento e há situações que têm de ficar bem claras para todos nós. Há questões que são de âmbito nacional e têm a ver com o estrangulamento financeiro das autarquias, por sucessivos governos, que não cumpriram a Lei das Finanças Locais. Há também um conjunto de investimentos errados feitos pela autarquia, que não foi o ter gasto dinheiro a mais, gastou foi mal. Não teve visão do que era essencial e do que não era. É certo que é mais fácil falar depois, mas há coisas em que a CDU falou antes.

O Senhor Presidente da Câmara anterior, com quem tenho uma boa relação pessoal, não tendo correspondido aos projetos de desenvolvimento do Concelho deixou uma Autarquia bastante endividada e tomou opções meramente financeiras de não pagar às empresas de recolha de resíduos sólidos porque queria dinheiro para outras coisas, etc. Isso tem custos de juros de mora, de multas e é por isso que depois vem esta necessidade de empréstimo. É evidente que o endividamento vem de trás mas a mensagem principal é que o que é mau não é o endividamento em si. O que é mau é



que com todo este endividamento não se desenvolveram no Concelho os projetos necessários para o seu desenvolvimento. É verdade que a culpa não é só da autarquia. Num país que anda todo ao contrário não é fácil que uma autarquia sozinha ande bem e foram pessoas do PS, do PSD e do CDS que estiveram no poder estes anos todos. Chegamos a este ponto por políticas erradas em termos nacionais e em termos locais.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu às questões que lhe foram colocadas.

Os treze milhões de euros do empréstimo anterior, e foi esse valor por sugestão do Tribunal de Contas, não por imposição, destinou-se a pagamento de dívida que estava a custar um valor muito alto de juros à Autarquia. A dívida da Autarquia está concentrada nas Águas de Trás-os-Montes pela adesão a um sistema multimunicipal que é contestado por todas as Câmaras de Trás-os-Montes e Alto Douro e na RESINORTE. Com a criação dos sistemas multimunicipais, quer de água, quer de resíduos, elevámos Portugal a um nível de qualidade que provavelmente não temos poder económico para suportar. O fim das lixeiras foi muito importante mas esse acréscimo de qualidade devia ter sido transportado, em termos de tarifas para o cidadão poluidor. A Câmara não fez isso e ficou com o défice de exploração e daí ter acumulado esta dívida. Os treze milhões de euros foram pagos, integralmente, até ao dia 31 de dezembro.

Este pedido de empréstimo de curto prazo, em discussão, tem acontecido todos os anos. Se a Câmara Municipal, por alguma razão não tiver tesouraria para pagar uma fatura inesperada, passa a pagar sobre essa fatura uma taxa de juro à taxa comercial de 7%. Entre pagar 7% ou pagar 1,185% há uma diferença muito grande.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu novamente a palavra para dizer que o que o Senhor Presidente da Câmara disse traduz a situação difícil que a tesouraria da autarquia vive.

Apesar de todos os incrementos resultantes do empréstimo ainda há o receio de que em determinado mês não possa fazer face às obrigações legais e isto acontece num ano em que o Município de Chaves tem um incremento substancial de FEF, de IRS, vai haver um aumento de um milhão de euros de IMI, houve aumento das tarifas de água, do saneamento e dos lixos e mesmo assim ainda precisa de pedir um empréstimo de apoio à tesouraria.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA respondeu ao senhor deputado Nuno Vaz dizendo que a Câmara pediu dezanove milhões de euros emprestados à banca porque tinha esse valor em dívida de curto prazo. Tendo só utilizado treze milhões de euros, continua com seis milhões por cobrir e sobre esses seis milhões paga juros à taxa de 7%.

Queremos em 2015 quer quanto às faturas de resíduos sólidos da RESINORTE, quer quanto às faturas das Águas de Trás-os-Montes relativamente à água, que sejam pagas antes de vencer, para não ter de pagar juros a 7% quando podemos pagar a 1%. No que respeita às águas residuais queremos levar o conflito a Tribunal onde já está uma parte.

Continuo a dizer que o ideal era não ter qualquer dívida, mas ao tê-la temos de gerir essa realidade. Gostava que me dissessem como é possível pagar a dívida, acabar as obras que estão a ser concluídas e fazer as obras que nos exigem. Onde vamos buscar a receita?

Este empréstimo de curto prazo só será utilizado se fizer falta.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 64 votos a favor, 2 abstenções (uma da CDU e outra do CDS) e 9 votos contra do PS. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.



O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro apresentou a seguinte declaração de voto: “a posição do PS na votação desta proposta tem a ver com o incremento de encargos que este empréstimo vai suscitar no orçamento municipal, já que no ano de 2015 os encargos resultantes de juros vão ser de cerca de dois milhões de euros. É um valor muitíssimo relevante. E o nosso voto é reforçadamente contra porque é um ano em que vai haver um incremento muito substancial da receita de IMI, das taxas municipais, das transferências do FEF, do IRS e ainda porque o município utilizou há pouco mais de um mês treze milhões de euros para pagar faturas de curto prazo”.

PONTO 6 – LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2013. INFORMAÇÃO Nº3/SC/2015. Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 7 - LEI Nº8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO – LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO. LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM SUA SESSÃO ORDINÁRIA, NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE 2014. INFORMAÇÃO Nº4/SC/2015. Para conhecimento.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 8 - RENOVAÇÃO DOS EFEITOS DO REGIME LEGAL DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS CONSAGRADO NO ART. 14º DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE PUBLICIDADE, EM VIGOR, NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA N.º 10/GAP/2015.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** fez a apresentação da proposta dizendo que neste ponto a autarquia está disponível para perder receita.

Como se verifica pela leitura da proposta, ao longo deste cinco anos que tivemos a isenção da taxa de publicidade o município perdeu quarenta e nove mil euros em receita que, podia ser útil para fazer algum investimento, atribuir um subsídio a uma Instituição, ou fazer um protocolo com uma junta de freguesia.

Em 2009 com o País a entrar em recessão e o comércio a perder receita, entendemos que devíamos conceder este benefício. Como em 2015 o cenário é ainda muito semelhante, estamos aqui a pedir autorização para que seja renovado por mais cinco anos esta isenção a favor do comércio local.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse concordar com os fundamentos e com o sentido de decisão expresso mas surgiram-lhe algumas dúvidas.

Pela leitura do quadro que nos foi enviado não consegui perceber muito bem porque é que há uma diferença grande relativamente àquilo que era a previsão da isenção da receita de publicidade. Em 2009 era de quatro mil euros, em 2011 foi de onze mil, em 2012 passou a ser de cinco mil, em 2013 catorze mil e depois em 2014 três mil. Isto leva-me a perguntar como é feita a estimativa o impacto dessa isenção. É pelos pedidos que são formulados ou é porque são identificadas todas as situações que estariam sujeitas ao pagamento da publicidade e é em função disso que se estima o valor da receita não arrecadada? É muito diferente estimar a perda da receita em função dos pedidos concretos formulados na Câmara ou em função do universo dos titulares dos estabelecimentos que estariam sujeitos a essa publicidade.



JOSÉ PIMENTEL SARMENTO do PSD – disse que esta é a renovação do regime de isenção que já existia nos últimos cinco anos.

O PSD entende que a publicidade não só melhora a qualidade da iluminação da cidade e do Concelho, como dá uma imagem a todos quantos nos visitam de uma cidade moderna virada para o futuro e, entre outras, é também a forma que o município encontrou para apoiar o comércio e indústria do Concelho, com esta isenção económica, indo ao encontro das solicitações dos organismos que os representam e que concordam com esta forma de apoiar do município.

Por essa razão o Grupo Municipal do PSD votará favoravelmente e sem reservas a proposta, apresentada e votada em reunião da Câmara Municipal por todos os partidos e movimentos representados.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA disse que as questões levantadas pelo Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro são pertinentes.

Finalmente o senhor deputado fez um exercício semelhante àquilo que eu disse. Por norma o Senhor imagina que é mais preparado que os outros e que a razão está sempre do seu lado. Quando à pouco eu disse que não queria ser o último a falar o Senhor faz questão de ser o último a falar, nem que seja para fazer uma declaração de voto em que expõe rigorosamente os mesmos argumentos que tinha feito aquando da discussão.

Os valores que constam do mapa estão calculados em função dos pedidos e deviam ser calculados em função das licenças que estão em vigor cujo valor ronda os cerca de doze mil euros por ano e não esta flutuação que aqui está.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que se uma declaração de voto não ficar expressa não valem as considerações feitas anteriormente.

E relativamente à responsabilização administrativa e financeira dos titulares de órgãos mas também de membros desta Assembleia Municipal só releva aquilo que fica na declaração de voto. Daí ter expressado a posição na declaração de voto.

Posta à votação a Proposta foi aprovada por unanimidade. Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

PONTO 9 – AJUSTE DO PLANEAMENTO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. PROPOSTA Nº. 128/GAP/2014. Para conhecimento.

DEPUTADO NUNO VAZ RIBEIRO do PS – pediu a palavra para renovar um pedido que formulou anteriormente, aquando da discussão do empréstimo.

Pedimos que nos sejam facultadas as questões que foram suscitadas pelo Tribunal de Contas relativamente ao empréstimo, bem como as respostas ou esclarecimentos que foram prestadas pela Câmara Municipal. Isto para nós percebermos quais foram as considerações que levaram aquela entidade a manifestar desacordo em relação à contratação do total do empréstimo pedido, no valor de 19.471.028,00€.

A ficha do município diz que este ultrapassou o endividamento em 13.469.097.79€.

Pedimos que nos seja enviada a documentação mencionada nos anexos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento deste ponto.

PONTO 10 – PROJETO DE PLANO DE INTERNALIZAÇÃO DA SOCIEDADE MARC, SA. - APROVAÇÃO ADMINISTRATIVA PELOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS. PROPOSTA N.º 11/GAP/2015.

O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA fez a apresentação da proposta.



O projeto Mercado Abastecedor de Chaves foi um tremendo fracasso, como já disse anteriormente neste Órgão. O estudo de fundamentação do mesmo estava errado. Estamos a falar de um mercado grossista. As empresas não se instalaram, com exceção de uma empresa galega que trazia peixe de Vigo para abastecer o mercado. Acontece que os nossos retalhistas preferiram continuar a abastecer-se nas lotas de Matosinhos e Póvoa de Varzim e a empresa galega acabou por fechar.

A Câmara Municipal, através da fiscalização podia ter feito alguma pressão para que alguns grossistas se instalassem naquele espaço, nomeadamente aquelas pessoas que aos dias de feira continuam a vender por grosso em camiões espalhados nas imediações do nosso Regimento de Infantaria. Foi entendido que essa medida não iria ajudar muito porque, provavelmente, o que iria fazer era afastá-los e não era isso que iria viabilizar o Mercado Abastecedor. Também nenhuma cooperativa agrícola local se quis ali instalar utilizando o MARC como plataforma logística para abastecer os retalhistas e isso é entendível na medida em que os retalhistas podem ir às cooperativas fazê-lo. Por outro lado as grandes superfícies comerciais que existem em Chaves têm a sua cadeia de distribuição. Daí o Mercado Abastecedor de Chaves ter sido um fracasso, há semelhança do que aconteceu com os outros que foram construídos no País, nomeadamente o do Fundão, o de Faro, o de Braga. O único que teve viabilidade foi o do Porto mas este não fazia parte da rede de mercados abastecedores da SIMAB.

Entretanto a Câmara Municipal deixou de ser acionista de forma direta do Mercado Abastecedor e passou a ser a FLAVIFOMENTO, que como sabem é uma Associação para promover o desenvolvimento em parceria entre a Câmara Municipal e a ACISAT. Como o MARC foi construído com taxas de comparticipação, de até 60% e como a empresa não tinha capitais próprios foi à banca pedir dinheiro emprestado para suportar os 40% nalgumas vertentes e de 60% noutras, para poder pagar a obra.

Como o MARC não gerou receitas não tinha como pagar o serviço da dívida, a Câmara Municipal atribuía anualmente um subsídio à FLAVIFOMENTO para esse efeito. Isto significa que não estamos perante um encargo novo para a Câmara Municipal uma vez que já o vinha assumindo ao longo dos anos, transferindo o montante necessário para pagar o serviço da dívida. Não é uma realidade nova. Mas se tem alguma representatividade em termos de taxas de juro foi porque a Câmara Municipal não pode continuar a conceder o subsídio à FLAVIFOMENTO por força de uma lei que diz que as empresas com três anos consecutivos de prejuízo devem ser extintas. Como o Tribunal de Contas considerou o MARC. SA uma empresa municipal, embora não seja detida diretamente pela Câmara, mas sim indiretamente, de acordo com a Lei, teve de ser extinta e os ativos e os passivos serem internalizados na Câmara Municipal.

Usaram da palavra os seguintes deputados:

MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA da CDU – disse que nos tempos das tecnocracias há sempre estudos que justificam tudo. Quando se quer uma determinada coisa há sempre uma empresa que faz um estudo.

Teoricamente seriam os retalhistas que utilizariam o Mercado Abastecedor e a Autarquia sabia, ou não, que ao autorizar todas as grandes superfícies estava a matar o pequeno comércio, porque as grandes superfícies tem a sua própria rede de



abastecimento. Não percebo qual é o espanto disto não ter funcionado porque era evidente que depois de entrarmos para a União Europeia e de nos terem pago para deixarmos de produzir, não ia funcionar e foram governos do PS e do PSD que destruíram a economia, toda a produtividade e puseram o país desta forma. O Mercado Abastecedor deu perdas em cerca de quatro milhões de euros mas isso era previsível. Depois de deixar instalar as grandes superfícies é que decidiram construir o mercado Abastecedor.

Gostava de saber concretamente o que se passou com este investimento. Diz o bom senso que as infraestruturas podem ser aproveitadas para outras atividades. A gestão do anterior Presidente da Câmara, nos últimos doze anos, que agora aparece como o responsável máximo da CIM do Alto Tâmega, não foi brilhante e eu digo isto com o mesmo à vontade de quem lhe deu o benefício da dúvida. O que deixou foi uma dívida e um conjunto de projetos que não resultaram e quem falou tanto devia ter a humildade de se retirar.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse que se está hoje a discutir um assunto que já veio a este Órgão por várias vezes e perguntou porque demorou tanto tempo a ser concluído.

Se a decisão da extinção foi tomada pela Câmara e pela Assembleia Municipal em 2012, porque é que a decisão final só vem nesta data à Assembleia Municipal? Parece-me muito tempo para concluir este processo. O Senhor Presidente da Câmara disse que o Mercado Abastecedor não gerou receitas para pagar os seus empréstimos nem para pagar aos gestores e trabalhadores e também deixou de poder utilizar o tal subsídio que lhe era transferido pelo Município. Durante este tempo todo como é que esta empresa subsistiu? Não há juros acumulados? Esteve mais de dois anos nesta situação como se nada se passasse. Era urgente a resolução deste assunto, mas como não se resolveu isso vai refletir-se na dívida que vai de ter de ser assumida pelo Município ao ter que pagar tudo o que não foi pago no devido tempo.

Diz-se que está ali uma infraestrutura que vale muito dinheiro e eu pergunto se não for utilizada para o fim que foi construída vale assim tanto dinheiro? É o próprio Revisor de Contas que suscita dúvidas sobre o valor que lhe está atribuído no respetivo balanço.

O Mercado Abastecedor foi constituído por escritura de 24 de setembro de 2002, para o comércio de produtos alimentares, para logística e para apoio ao desenvolvimento regional. O capital inicial era de seiscentos mil euros distribuído em 58% pelo SIMAB, 38% pela Câmara Municipal, 2% pela AMAT, 1% pela ACISAT e 1% pela ADRAT. Em 30 de agosto de 2005 a Câmara Municipal de Chaves comprou sessenta e três mil e seiscentas ações por trezentos e dezoito mil euros à SIMAB e passou a ter 91% do capital social. Em 17 de dezembro de 2008 o MARC foi assumido pela FLAVIFOMENTO que passou a deter 91% do capital social. Do restante capital 5% passou para a Cooperativa Agrícola Norte Transmontana, 2% continuaram na AMAT, 1% na ADRAT e 1% na ACISAT. A decisão de dissolução do MARC foi tomada no dia 27 de dezembro de 2012 e era importante perceber quem foram os gestores e saber se foram remunerados. Esses gestores não estiveram também à frente de outras empresas que ficaram em situação de falência? Esses gestores não são gestores de outras empresas que ainda existem e que também poderão ir à falência?



Deixo estas interrogações porque estamos a falar de dinheiro público. Pergunta-se quais foram os proveitos gerados e quais as despesas assumidas? Estamos constantemente a falar de dívida, de incapacidade de gestão. Precisamos de renovação/mudança. Quanto é que esta empresa conseguiu arrecadar de alugueres, de rendas, quanto gastou com os seus gestores, quanto gastou com os seus trabalhadores? Os dois técnicos superiores que trabalham vão para onde?

Houve aqui uma participação comunitária relevante mas o Município de Chaves vai ter de assumir a dívida no valor de três milhões trezentos e noventa e sete mil setecentos e trinta e sete euros e oitenta e nove cêntimos. Esta é a herança da boa gestão.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu às questões que lhe foram colocadas.

O MARC SA era uma bandeira do Partido Socialista nas eleições autárquicas de 2001, dizendo que ganhou o Mercado Abastecedor para Chaves. Quem fez os estudos que o Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro diz serem fantasiosos, porque disse que este investimento geraria lucro, foi a SIMAB que na altura tinha como gestor alguém do Partido Socialista.

Em 2001 o PS apresentou na sua campanha eleitoral duas grandes bandeiras – o Pólis e o Mercado Abastecedor – uma boa e outra péssima. O Pólis foi um projeto de mérito que trouxe enormes vantagens não só em termos ambientais, como em termos de saúde da população; o grande problema está no Código de Expropriações em que o valor das expropriações é da competência do Tribunal. O Mercado Abastecedor foi um tremendo fracasso.

Com as eleições legislativas de 2002, o governo mudou e simultaneamente mudou também a administração da SIMAB. Entretanto a nova administração entendeu que os estudos que serviram de base ao projeto estavam errados e decidiu pela não construção do Mercado Abastecedor de Chaves, perdendo o financiamento comunitário.

Entretanto a Câmara de Chaves na minha pessoa, na qualidade de representante da Câmara Municipal no Conselho de Administração do MARC. SA insistiu junto do Governo para que a obra fosse feita porque, politicamente, era muito mau para a Câmara PSD, em início de funções, e este investimento tinha sido bandeira no Partido Socialista na sua campanha eleitoral. Se não o tivéssemos feito teríamos sido acusados de perder o Mercado Abastecedor.

Nessa altura o membro do Governo responsável disse que se a Câmara Municipal de Chaves queria construir o MARC teria de comprar as ações da SIMAB e que a empresa saía desse processo. A Câmara Municipal arriscou e fez todas as tentativas para que o investimento fosse viável mas não foi possível.

Apesar de tudo temos ali duas empresas instaladas de importância, em particular a “Pastel Nor” que tem relevância no emprego e naquilo que já representa e pode vir a representar em termos de mercado. É uma empresa que tem um consumo diário de ovos muito grande, que são adquiridos em Espanha e se houvesse aqui um aviário que os fornecesse, mesmo vendendo ao mesmo preço, talvez fosse mais rentável porque as despesas de transporte seriam certamente menores. No loteamento do MARC ainda existe um lote onde pode vir a instalar-se outra empresa ou mesmo servir para ampliar as que lá estão.



Foram precisos dois anos para resolver definitivamente esta situação porque houve uma tentativa de vender o MARC. SA à empresa "Pastel Nor" mesmo que fosse por um valor simbólico. Se isso tivesse acontecido aquela empresa compraria o serviço da dívida e o encargo deixaria de ser da Câmara.

Apesar de o ROC fazer esse reparo no relatório a construção foi mais cara. Já houve uma depreciação do valor. Mesmo assim o ativo é superior ao passivo. Os proveitos estão no Relatório de Contas do MARC. SA e são públicos. As duas trabalhadoras – uma técnica superior e uma auxiliar- serão absorvidos uma pela EHATB que é um dos atuais acionistas do MARC e a outra pela FLAVIFOMENTO.

Como disse anteriormente e volto a referir o MARC é uma herança.

O que eu pretendo é regularizar a situação financeira da Autarquia porque entendo que esse é realmente o caminho que deve ser percorrido. Até porque hoje a legislação nem sequer permite que seja de outra forma. A mudança está a ser feita e esperamos pelo julgamento do povo em 2017.

NUNO VAZ RIBEIRO do PS – disse não ter percebido se afinal o investimento foi um fracasso ou se não foi. O Senhor Presidente começou por dizer que foi um fracasso mas quando foi confrontado com os dados já encontrou aspetos positivos porque também ali existem empresas a laborar.

O Senhor Presidente não quer assumir a responsabilidades dos três exercícios anteriores mas quer imputar a responsabilidade desta má gestão ao Partido Socialista uma vez que este tinha esta obra como bandeira eleitoral em 2001. Recordo que a constituição do MARC foi feita em 2002 e nessa altura já era o PSD que liderava a Câmara.

Quem decidiu localizar o MARC noutra sítio foi a atual gestão camarária, quem decidiu constituir a empresa e formaliza-la foi a atual gestão e quem geriu efetivamente foi a atual gestão.

O Partido Socialista também foi quem idealizou o Programa Polis e essa verdade foi escamoteada durante muito tempo e também deve dizer-se que o problema das expropriações não tem a ver somente com o Código de Expropriações. Também tem a ver com a decisão da Câmara Municipal de Chaves de ter comprado a participação do Estado na Sociedade Polis. Se isso não tivesse acontecido 51% da responsabilidade pela expropriação dos terrenos que foram ocupados por esta intervenção, era do Estado e não do Município de Chaves.

O **SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA** respondeu ao Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro que tem absoluta corresponsabilidade nos últimos doze anos de gestão da Câmara em que fez equipa com o Dr. João Batista, e sente muito orgulho disso.

Nesses doze anos foi feito um ciclo de investimentos e de transferências para as freguesias, que nunca mais volta a ser possível no Concelho de Chaves. A situação atual é outra bem diferente e estou aqui cumprindo o mandato que os flavienses me deram para colocar a Câmara Municipal de Chaves no rumo certo, para concluir os grandes e bons investimentos que estão em curso – Museu Nadir Afonso, Museu das Termas Romanas, Balneário Termal de Vidago, requalificação das Termas de Chaves, requalificação das Avenidas de Vidago, continuação da ligação do Nó da Autoestrada ao Hospital de Chaves, 3º Lanço, etc. e lançar novas obras. Vamos pouco a pouco, porque o dinheiro não estica. Estamos a tomar decisões em função das prioridades.



O projeto do MARC. SA correu mal sim, mas não correu mal só em Chaves. Correu mal em todo o País.

Posta à votação a Proposta foi aprovada com 66 votos a favor, 0 abstenção e 11 votos contra, (9 votos do PS na pessoa dos deputados Nuno Vaz Ribeiro, Anselmo José Martins, Gisela Maria Esteves Espirito Santo, José António Trindade Mendes, António, António Manuel Pires de Almeida, Nuno André Coelho Chaves, Maria da Conceição Martins, Fátima Liliana Fontes Correia e Brigitte Raquel Bazenga V.T. Gonçalves), 1 da CDU (Manuel Justino Matos Cunha) e 1 do CDS/PP (Maria Zélia Valoura). Aprovado em forma de minuta para seguimento imediato.

O Senhor deputado Nuno Vaz Ribeiro, do PS apresentou a seguinte declaração de voto: “que fique registado em ata que não uso da palavra para falar em último lugar, mas sim para fazer uma declaração de voto. O nosso voto conta tem a ver com a circunstância de todo o processo ter sido conduzido no sentido em que os custos para o erário municipal foram agravados. Se já havia a noção de que estava a gerar sistematicamente prejuízos, deveria ter sido concluído há mais tempo, garantindo necessariamente que não havia direito à reversão do investimento relativamente à infraestrutura. Terminado esse prazo era importante que esta empresa tivesse sido liquidada e que tivessem sido diminuídos os encargos resultantes deste processo. Dizer também que votamos contra porque os resultados que nos são apresentados denotam incapacidade de gestão”.

A Senhora deputada Maria Zélia Valoura do CDS/PP, apresentou a seguinte declaração de voto: “o voto é contra lamentando o facto da situação económica e financeira desta sociedade empresarial ter chegado ao valor de dívida que se conhece, com implicações negativas para as finanças da Câmara e, conseqüentemente, para os munícipes. Entendendo que as empresas sejam elas públicas ou privadas, pela definição devem dar lucro, neste caso concreto e tendo em conta os prejuízos decorrentes da sua manutenção, a solução encontrada deveria ter em conta a sobrecarga que a empresa poderá continuar a implicar para os cidadãos flavienses”.

PONTO 11 – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CHAVES – INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES.

O Senhor Presidente da Mesa convidou a Senhora deputada Márcia Teixeira a apresentar o Relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, relativo ao ano de 2014, que disse:

O documento foi entregue a todos os Grupos Municipais e reflete a atividade anual da Comissão, sobretudo ao nível da tramitação processual, dando conhecimento dos processos que entraram e dos que foram arquivados. Realça que a escola continua a ser a entidade que mais sinaliza e apresenta um aumento de situações de violência doméstica, feitas através da PSP e da GNR e também de abuso sexual de menores, situação que muito nos preocupa. A Comissão restrita tem-se debatido pela prevenção. A esse nível já visitámos todos os Agrupamentos de escolas e vamos continuar a promover ações de sensibilização, em conjunto com as Associações de Pais e de outras formas, informando as pessoas como podem chegar à Comissão, para proteção das nossas crianças. Estamos também empenhados na luta contra os maus tratos e vamos trabalhar num projeto de luta contra a fome e se esta Assembleia Municipal estiver disponível para colaborar connosco será para nós um privilégio. Todos juntos vamos tentar melhorar as condições dos nossos jovens e das nossas crianças.



A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens é eleita por dois anos. Este mandato está a terminar e vão realizar-se eleições para o novo mandato no mês de maio. Esta Assembleia Municipal estará representada e para isso terão de ser nomeados os seus representantes. Há semelhança do que sempre tem sido feito, os Grupos Municipais do PSD, PS e CDU decidiram apresentar uma lista conjunta que será votada por este Órgão autárquico.

A lista proposta para o próximo biénio é constituída pelos seguintes membros:

Efetivos

Márcia Cristina de Jesus Teixeira

Maria Antónia Chaves Esteves

Gisela Maria Esteves Espirito Santo

Rui Jorge da Silva Oliveira

Suplentes

António José dos Santos

José Joaquim Alves de Lima

Anselmo José Martins

Manuel Justino Matos Cunha

O SENHOR DEPUTADO MANUEL JUSTINO MATOS CUNHA, da CDU pediu a palavra para fazer uma sugestão sobre o Relatório apresentado.

“O Relatório que nos foi enviado é um modelo informático tipo, da Comissão Nacional das CPCJ, pouco perceptível, com muitos quadros e números que não são de fácil leitura. Gostava de poder apreciar um Relatório legível, que resumisse claramente as principais dificuldades de funcionamento de CPCJ de Chaves. A Dra. Márcia na sua curta intervenção aportou esclarecimentos muito importantes ao dizer que há agravamento nos casos de violência doméstica, em maus tratos familiares e em abusos sexuais de menores. Sugiro que numa próxima Assembleia Municipal sejamos melhor esclarecidos se nestes últimos dois anos piorou a situação de dificuldades e de miséria, ou não, e identificar as principais dificuldades das crianças e jovens; se é possível saber se a emigração agravou, ou não, as condições desses jovens. A CPCJ tem feito um trabalho muito importante mas seria bom podermos aceder a uma informação mais clara e mais perceptível”.

O SENHOR DEPUTADO ANSELMO JOSÉ MARTINS do PS disse que o Senhor deputado Manuel Justino levantou uma questão interessante.

Primeiro temos de perceber o funcionamento da CPCJ. Tem uma Comissão estrita em que os assuntos são muito confidenciais; depois tem a Comissão alargada que é àquela a que nós temos acesso. Fiz parte da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves, e como membro desta Assembleia Municipal, propus várias vezes que qualquer estrangulamento que sentisse na sua atuação – caso da receção de crianças no hospital – me fosse comunicado para o levar à Assembleia Municipal, no sentido de fazer uma recomendação à administração hospitalar para dar o tratamento adequado a todas as crianças que chegam em condições especiais. Nessa altura foi entendido que não seria necessário. O nosso papel na Instituição é o da denúncia no sentido de travar qualquer obstáculo ao seu funcionamento.

A SENHORA DEPUTADA MÁRCIA CRISTINA DE JESUS TEIXEIRA usou novamente da palavra para informar que o modelo de Relatório vem da Comissão Nacional e tem de ser preenchido naqueles moldes e de facto é pouco perceptível para quem o lê.

Durante o meu mandato não senti dificuldade na articulação com o Hospital e isso também se deveu muito à presença da Enfermeira Inês e pediatras que sempre nos apoiaram no acesso. O mesmo aconteceu no que respeita às escolas. Também nunca sentimos qualquer dificuldade por parte das escolas e quer a GNR quer a PSP sempre nos prestaram toda a colaboração nesta matéria.

A logística é toda assegurada pela Câmara Municipal que sempre nos deu tudo o que lhe pedimos quer a nível de material, de instalações etc. Entendo que estamos a fazer um bom



Assembleia Municipal de Chaves

ATA número 01/2015

trabalho na Comissão e não sentimos qualquer dificuldade ou constrangimento, mesmo no aspeto da confidencialidade. Efetivamente esta é uma área muito sensível porque estamos a trabalhar com crianças e temos sido bem recebidos em todo o lado. Este é um trabalho muito ingrato e os resultados nem sempre são os que desejamos porque nem sempre conseguimos resolver, mas estamos a tentar minorar as situações e a conseguir que as nossas crianças e jovens vivam cada vez melhor.

Posta à votação a lista foi aprovada com 74 votos a favor, 3 abstenções do MAI e zero votos contra. Aprovada em forma de minuta para seguimento imediato.

A lista definitiva aprovada é:

Efetivos

Márcia Cristina de Jesus Teixeira

Maria Antónia Chaves Esteves

Gisela Maria Esteves Espirito Santo

Rui Jorge da Silva Oliveira

Suplentes

António José dos Santos

José Joaquim Alves de Lima

Anselmo José Martins

Manuel Justino Matos Cunha

O Senhor Presidente da Mesa depois de esgotados os assuntos da respetiva agenda, deu como encerrados os trabalhos da presente sessão, de que para constar foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa e subscrita por mim, Maria das Graças Alves, que a redigi e também assino.

O Presidente, _____

A Funcionária _____